

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povofivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

E agora, José?

Confrontado com um grave problema de défice das contas públicas, José Sócrates, mal tomou posse no cargo de Primeiro-Ministro, tomou medidas imediatas: nomeou uma comissão para estudar o problema...

Três meses depois, como decorre da urgência do problema (!), a Comissão Constâncio apresentou o número do défice público: 6,83%!

Siderado com tal número elevado, o Governo toma medidas corajosas: sobe os impostos...

E as despesas? Perguntou ainda o PSD. Mas ninguém ouviu, ninguém parecia querer ouvir. Então, face a um grave problema de défice das contas públicas não se devia poupar, cortando nas despesas, antes de mais? Como em qualquer orçamento doméstico, quando apertam as contas por pagar, a primeira medida a tomar de imediato e corajosamente é cortar nas despesas, menos idas ao cinema e ao restaurante, férias mais económicas, gastos apenas em produtos essenciais. O aumento das receitas é questão que se procura, mas que dificilmente se pode obter.

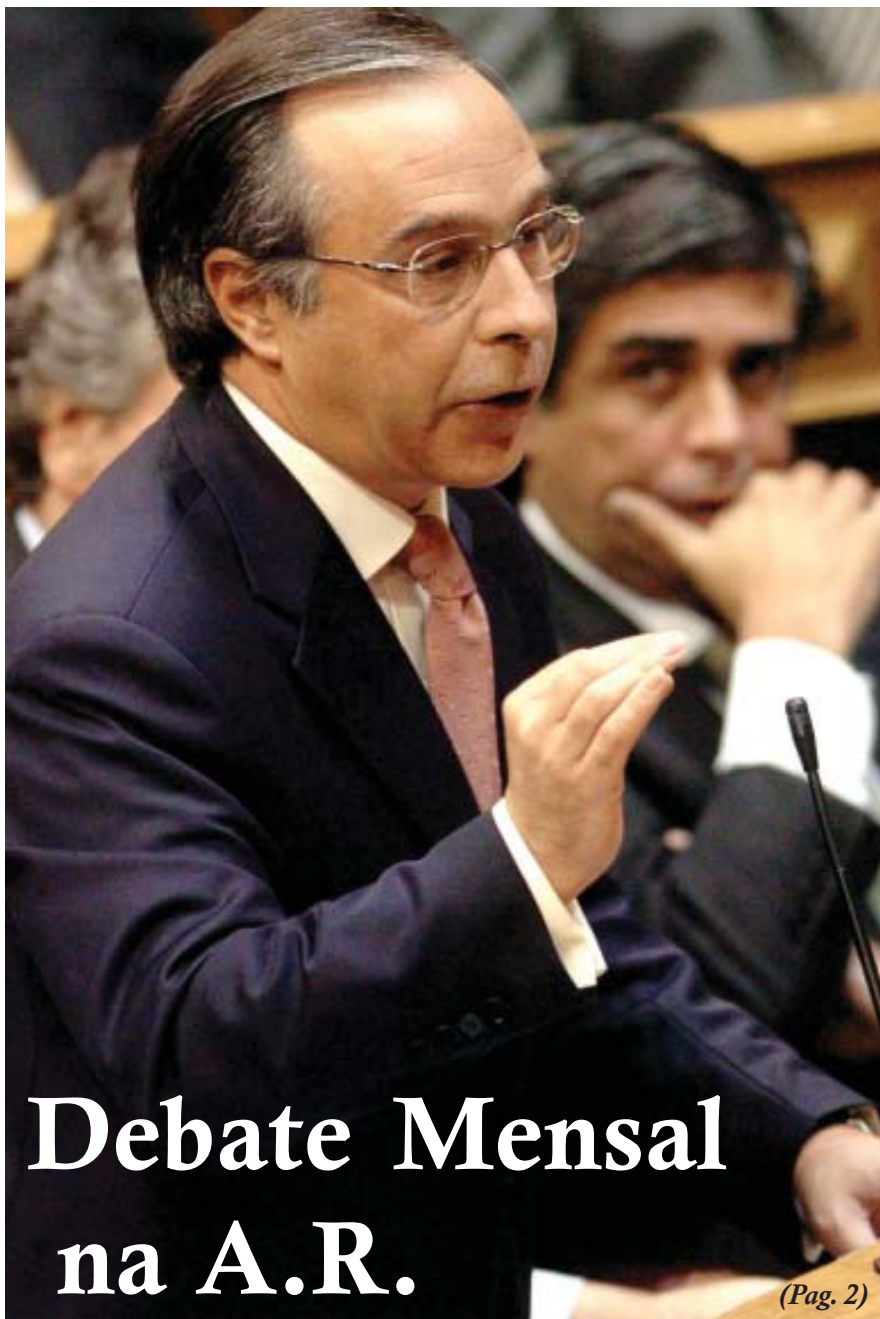
Mas José Sócrates não viu as coisas assim. A solução estava no IVA, não na redução da despesa. No orçamento rectificativo agora apresentado a despesa até aumenta! Como denunciou Marques Mendes, pela primeira vez em trinta anos de Democracia a despesa pública já representa mais de metade da riqueza nacional! Impensável.

Os empresários, os criadores de riqueza, clamam pela redução do monstro Estado, por maior liberdade de investimento. Mas sobre medidas para potenciar o investimento privado o Governo nada diz, apesar de ter anunciado que o faria em simultâneo com as medidas de ataque ao défice. Do Ministro da Economia nem uma palavra.

Compreendemos que, para o Governo, a voz esclarecida da Oposição não seja para levar a sério...mesmo que tenha toda a razão! Mas agora veio o Governador do Banco Central Europeu criticar a política do Governo e a posição tomada por Vitor Constâncio. Veio também a Comissão Europeia dizer que as medidas apresentadas pelo Governo para conter o défice público não chegam, devendo ser, fundamentalmente, aplicados cortes nas despesas...

E agora José (Sócrates)? Continuamos com a cabeça enfiada na areia, à espera que as eleições passem, ou governamos a sério?

Portugal não é rico para se dar a estes vícios socialistas.



Debate Mensal na A.R.

(Pag. 2)

. Autárquicas 2005: apresentação de candidatos

(Pag. 6)

. Teresa Zambujo, um «exemplo de credibilidade»

(Pag. 24)



Debate Mensal com o Governo

“Os senhores pedem sacrifícios a todos, menos ao Estado; toda a economia e os cidadãos emagrecem e o Estado engorda”

O líder do PSD, Luís Marques Mendes, considerou que as medidas apresentadas pelo Primeiro-Ministro para a Educação são “positivas em vários casos”, mas criticou o Governo pela ausência de uma estratégia real para o sector.

No debate mensal no Parlamento com o Primeiro-Ministro, criticou o Governo pela ausência de uma Lei de Bases para o sector, visto a actual já ter 20 anos e estar claramente desactualizada. Isso tinha sido entendida pelo PSD, que tinha apresentado uma nova Lei de Bases, actual e adequada, e que não foi adiante pelo veto do Presidente da República, seguido de perto pela dissolução do anterior Governo.

As recentes declarações da ministra da Educação sobre decisões judiciais relativas aos serviços mínimos a que os professores estariam obrigados a prestar durante a greve realizada no início da semana passada, mereceram também uma referência de Marques Mendes, que considerou que Maria da Lurdes Rodrigues, confundindo atribuições legais e executivas regionais, com atribuições da República, “manifestou uma grosseira ignorância”.

Quanto à greve dos professores, Marques Mendes lamentou a datas escolhidas pelos sindicatos para a sua realização – entre segunda e quinta-feira –, já que coincidiram com a realização dos exames nacionais dos 9º e 12º anos, mas que os professores, pela sua dedicação, fizeram com que se realizassem sem acidentes “... e não foi pelos serviços mínimos!”, afirmou.

Na sua intervenção, o líder do PSD voltou ainda a denunciar as inadequadas medidas apresentadas pelo Governo para reduzir o défice, como o aumento dos impostos e o que apelidou de “ataque aos funcionários públicos”, adiantando que, nos próximos dias, o PSD irá apresentar uma proposta “para abrir um debate sobre a redução do tamanho do Estado”.

“Os senhores pedem sacrifícios



a todos, menos ao Estado; toda a economia e as bolsas dos cidadãos emagrecem e o Estado engorda”, sublinhou.

O “crescimento da criminalidade e o aumento da sentimento de insegurança” foram outros dos temas abordados pelo líder do nosso partido, que considerou que a questão “não pode ser ignorada”.

“Não farei deste tema uma arma de arremesso político, mas impõem-se medidas”, disse.

Na sua intervenção inicial, o Primeiro-Ministro desiludiu. Falando num tom de voz monocórdico, num registo alto e parecendo estar sempre muito zangado, um estilo mais próprio dum comício emotivo, que dum debate “inter-pares”, foi truculento, chegando a raia o ofensivo e com raras excepções, refugiou-se nas generalidades e na já estafada história de “vamos estudar”, afirmando apenas decisões pontuais, sem nada de verdadeiramente estruturante ou reformador.

Na primeira intervenção, Marques Mendes afirmou, depois dos cumprimentos protocolares a toda a Assembleia e ao Governo:

«O Sr. Primeiro-Ministro fez bem em trazer o tema da Educação a este debate. É um tema de permanente importância. Desta vez – coincidência das coincidências! – desta vez com um particular tempero: é que também se aplica com total pertinência à Sra. Ministra da Educação, que em declarações públicas, proferidas ante ontem, manifestou uma grosseira ignorância, ignorância que em nenhum cidadão se compreende e que num cargo desta natureza, pura e simplesmente não se deve admitir!

«Quanto aos exames, três observações são devidas, Sr. Primeiro-Ministro: a primeira, que foi bom e positivo que os exames se tivessem realizado; eles são necessários e indispensáveis a um ensino exigente e de qualidade. Uma palavra, por isso, de muito mérito e de muito apreço aos professores que permitiram realiza-

los.

«Uma segunda observação para considerar inoportunas e despropositadas as datas que os sindicatos encontraram para a realização das suas greves. Não está em causa o legítimo direito à greve, mas está em causa o seu carácter inoportuno nestas datas, face ao interesse público dos estudantes, das famílias e do ensino.

«Uma terceira observação, esta muito crítica em relação ao Governo, porque, apesar de tudo, antes deste processo de greve, o assunto poderia e deveria ser tratado com os professores, com o respeito, a importância e a consideração que merecem.

«E por falar em exames, Sr. Primeiro-Ministro, as notícias que têm vindo a público da parte do Governo, em matérias de exames para o próximo ano lectivo – e sobre isso o Senhor nada disse! – são contraditórias e consequentemente, indefinidas. Por isso, e para que as regras fiquem definidas à partida, pergunto-lhe directamente, Sr. Primeiro-



Debate Mensal com o Governo

Ministro: os exames do 9º Ano vão ou não ser mantidos no próximo ano? A nossa posição vem detrás, é conhecida e mantém-se. Nós somos favoráveis a exames, pois os consideramos condição necessária para um ensino rigoroso e de qualidade.

«Ainda sobre Educação, eis uma omissão no seu discurso que considere significativa: esperava a apresentação de uma proposta de Lei de Bases de Educação. O PSD já a fez, já apresentou a sua iniciativa. A Lei actual tem 20 anos, está desactualizada e todos reconhecem a necessidade da substituição ou remodelação completa. Tudo mudou à nossa volta...esta Lei manteve-se!

«O seu discurso permite-me tirar estas conclusões: o Senhor apresenta medidas pontuais, algumas delas re-anunciadas, como se fossem novas. São positivas nalguns casos, mas não há uma estratégia de fundo, relativa à educação, porque não falou, por exemplo, no aumento da escolaridade obrigatória, no sistema de gestão das Escolas e noutras matérias capitais numa Lei de Bases moderna, responsável e para o futuro!

«Senhor Primeiro-Ministro, mudando agora de assunto: o caminho que o Governo leva, em matéria de Défice Orçamental e questões financeiras, económicas e orçamentais, não é um bom caminho. Tem três pecados capitais.

«Primeiro, aumenta os impostos: é um erro!

«Segundo, ataca os funcionários públicos: é injusto!

«Terceiro, não reduz a dimensão do Estado, não emagrece o Estado. É um erro, uma falha enorme!

«Este o caminho que mais facilmente conduz ao desemprego. Justamente o caminho de um Governo, que nos dizia que a sua grande preocupação era criar milhares de postos de trabalho!

«Este é um caminho que atrasa a recuperação económica. Um caminho que nos vem de um Governo que fazia da recuperação económica, a sua bandeira, o seu ponto essencial.

«E este um caminho em que se pedem sacrifícios a todos – menos a uma entidade: o Estado!

«Pedem-se sacrifícios aos cidadãos em geral, aos trabalhadores e às empresas. Só o Estado, a máquina do Estado, essa

coisa gigantesca que temos em Portugal, só o Estado não faz sacrifícios!

«Mas eu percebo: os senhores são de Esquerda... Para as vossas cabeças é impensável mexer no Estado. Tudo deve rodar à volta do Estado. Querem Estado para tudo. «Até agora – e pelo que se conhece, por ter vindo a público – em matéria de arrendamento, o que se pretende não é mais Mercado. É sempre mais Estado!

«Verdadeiramente, Sr. Primeiro-Ministro, esse não é o caminho! Por isso é que o Estado fica sempre e os funcionários

Pais e ao Governo, que o PSD vai apresentar dentro de dias, uma importante iniciativa legislativa, para abrir um debate sobre este tema central na sociedade portuguesa: reduzir a dimensão do Estado.

«É um debate urgente, é um debate que tem de ser feito, é um debate essencial para o Futuro!

«Último assunto, Ser. Primeiro-Ministro: o País assiste, nos últimos tempos, a imagens e notícias que põem em causa a segurança das pessoas. Não devemos ampliar esses factos: isso seria demagogia. Mas também não

perguntar a um embaixador de um País estrangeiro, se pode deslocar-se em segurança a um determinado ponto do território nacional. Lê-se e quase não se acredita! **(Nota: foi publicada em vários jornais a notícia de que o Presidente Jorge Sampaio tinha inquirido, junto do Embaixador de Cabo Verde, se seria segura a sua deslocação ao bairro da Cova da Moura, feita há dias).**

«Quero dizer-lhe o seguinte: deste tema não farei, nunca, arma de arremesso político. Com a segurança das pessoas não se brinca!

«Mas quero aqui alertar o Governo para a necessidade de tomar as medidas que se impõem, para ajudar a resolver o problema e que passam, entre outras e desde logo, pelo prestígio e pela autoridade das forças de Segurança.

«É que a segurança é um dos maiores activos que Portugal tem, para as pessoas, para o turismo e para as empresas.

«E se não há Liberdade sem Justiça, também não há Liberdade sem Segurança. E sem Liberdade e sem Segurança, não há uma saudável convivência democrática!»

A réplica de Marques Mendes: «... é o Senhor Primeiro-Ministro que está aqui para responder às nossas perguntas, e não eu, para responder às suas perguntas!»

Na resposta, como já dissemos, ouvimos com certo espanto a forma arrogante com que Sócrates deu “não respostas” às perguntas do líder social-democrata, num ataque despropositado, em que, a certa altura, fez uma série de perguntas, dizendo coisas como “... o Senhor é que tem de responder”, a isto e a isto e a isto...

Na sua segunda intervenção, em réplica ao Primeiro-Ministro, Marques Mendes reagiu energicamente à forma como este tinha falado antes, dizendo:

«Senhor Primeiro-Ministro: Uma nota prévia, para vincar muito bem, que eu digo aquilo que entendo e não aquilo que o Primeiro-Ministro entende que eu deva dizer!

«É o Senhor Primeiro-Ministro que está aqui para responder às nossas perguntas, e não para que eu



acabam por ser o bode expiatório.

«Este não é o nosso caminho. O nosso caminho é outro. É o da reforma do estado. Reduzir a dimensão do Estado, acabar com Serviços inúteis; terminar com Serviços duplicados; concessionar à iniciativa privada e social, Serviços e funções que já não fazem parte do núcleo essencial do Estado, reformar os sectores gastadores do estado!

«Esse é o nosso caminho.

«Por isso anuncio aqui, hoje, ao

os podemos ignorar, isso seria uma enorme irresponsabilidade!

«Neste momento – e independentemente dos dados estatísticos – há uma percepção clara na sociedade portuguesa: a criminalidade cresceu e a insegurança aumentou. Os Portugueses estão seriamente preocupados; e mais preocupados ficam quando lêem notícias nos jornais (não desmentidas!) segundo as quais o Senhor Presidente da República perguntou ou mandou



Debate Mensal com o Governo

tenha de responder às suas perguntas!

«Ficava-lhe bem um pouco de respeito pelas regras deste debate e pelos Deputados que têm de fazer perguntas!

«Até porque o Sr. Primeiro-Ministro, o que é que disse relativamente aos exames, no futuro? Eu perguntei directamente, o senhor respondeu “zero”!

«Porquê? Tem dúvidas ainda? Está a pensar?

«O que é que disse sobre uma nova Lei de Bases para a Educação? No passado, era importante, agora, já não serve para nada?

«E sobre a escolaridade obrigatória e a sua passagem de 9 para 12 anos? O que é que o Sr. Primeiro-Ministro pensa. Eu, o meu pensamento, já o disse há pouco...

«E sobre a gestão das escolas? **[nesta ocasião, verificou-se que Sócrates não estava a prestar a mínima atenção às perguntas, pois estava a falar animadamente com o Ministro Santos Silva, levando Marques Mendes a interromper o seu pensamento para dizer:]** ... Senhor Primeiro-Ministro: por favor, ao menos, ouça as perguntas que tenho a fazer-lhe! ...

«...Porque, quanto às restantes medidas pontuais que anunciou, a questão ensino de Inglês, do aumento dos beneficiários de refeições, o alargamento do horário, já o Senhor as tinha anunciado várias vezes; e nós já tínhamos manifestado a nossa aprovação quanto a elas.

«Constata-se agora uma coisa: é que o alargamento dos horários era para toda a gente, agora é apenas para 50% das escolas; o ensino de inglês no 1º ciclo, era para todos, agora apenas é para 25%, uma escola em cada quatro!... «Mas apesar de tudo, é um passo!

«Sr. Primeiro-Ministro, fiz-lhe aqui perguntas concretas e o Sr. tem de responder! É isto que se impõe.

«E não se preocupe com a questão da terminologia que eu uso, “servidores públicos” ou “servidores do Estado”, porque é a terminologia que eu uso e é, para ser exacto, “servidos do Estado”. Não tenho qualquer complexo com isso, o senhor é que parece tê-los, pela interpretação enviesada que dá a essa expressão!

«Mas sobre a questão dos funcionários públicos e servidores do estado, Sr. Primeiro-Ministro, **[novamente a mesma desatenção de**

Sócrates, obrigando Marques Mendes a interromper-se e a dizer:]

... se V. Exa. quisesse ter a amabilidade de me ouvir, em vez de dar atenção ao Ministro do lado talvez fosse mais útil... Sr. Primeiro-Ministro: quando eu digo – e repito – que o Governo, em vez de reformar o Estado e diminuir o seu tamanho, estou a atacar os funcionários públicos, não é verdade e vou apenas dar-lhe um exemplo claro: o Senhor anunciou aqui, como “prioridade das prioridades”, que ia terminar com o regime de férias judiciais. Era uma prioridade, mas ainda não está concretizada! De resto, vão por aí umas enormes confusões, relativamente às iniciativas do Governo neste domínio!...

«Ora o que eu acho é que o Sr. tem todo o direito de tomar essa medida. Mas não a considere, nem de longe nem de perto, essencial para resolver o problema da Justiça!

«E sobre as reformas estruturais na Justiça, até ao momento, nada!

«Mas o direito de tomar essa medida, tem-no, de certeza! Mas eu penso que é uma injustiça tremenda, atacar os magistrados judiciais ou os Juizes, como o senhor fez, há uns meses atrás!

«Se essa medida existe, é culpa dos governantes, não é culpa dos magistrados

«Contratação dos professores: Sr. Primeiro-Ministro, no ano passado, houve uma fase que não correu bem! Correu mal. E o Governo anterior pediu desculpas públicas! A seguir, alterou o sistema. E o sistema foi alterado, o problema resolvido – e bem! – tanto que agora se mantém!

«Da limpeza de altos funcionários, que houve no Ministério da Educação, o único Director-Geral que ficou, foi exactamente o que o Governo anterior tinha designado para esta área!

«Pedi-se desculpa primeiro, resolveu-se o problema logo a seguir...Assunto arrumado.

«E quanto a Bolonha, Senhor Primeiro-Ministro, deixe-me só avivar a sua memória, que de vez em quando fica curta: A Lei de Bases da Educação, aprovada na legislatura anterior por iniciativa do Governo, previa a resolução dos problemas do protocolo de Bolonha. O seu partido votou-a. Mas o Presidente da República vetou-a. Por isso, se não temos Lei



de Bases, é por causa do Presidente da República... Será o Sr. Presidente da República que o Sr. está a criticar, pela ausência dessa Lei?

«E para terminar, Sr. Primeiro-Ministro: sobre as outras questões que lhe apresentei, não responde a coisa alguma! Mas há de facto – e entre outras – uma diferença essencial entre nós: eu não quero um estado mínimo, mas quero um Estado eficiente. Não quero um Estado de desperdício, que vive acima das suas possibilidades, antes vive “à grande e à francesa!”.

Pelos vistos, o Senhor não o entende assim... e é pena!

«Muito obrigado.»

Intervenção de Pedro Duarte:« V. Exa., rigorosamente, nada nos trouxe sobre essa matéria, para além de não manifestar uma visão minimamente estratégica e minimamente estruturante para o futuro do nosso ensino»

Quando se entrou na segunda volta de perguntas, a voz do PSD foi a de Pedro Duarte, que disse: «Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro que, com toda a frontalidade, comece por

manifestar-lhe a minha grande desilusão com a sua intervenção, aqui, hoje.

«Faço-o, porque ante um tema tão importante e tão decisivo para o nosso futuro, como é o tema da Educação, tenha de concluir que V. Exa., hoje, nada nos trouxe, rigorosamente – e repito, rigorosamente – nada sobre essa matéria.

«Isso, para além de não manifestar uma visão minimamente estratégica e minimamente estruturante para o futuro do nosso ensino.

«Permita-me, portanto, que lhe diga de igual modo que V. Exa. tentou hoje, aqui, encenar um aproveitamento político que não parece legítimo, no sentido de responsabilizar, no seu sentido de cidadania, os nossos professores, que apesar das graves críticas que fazem ao Governo e das reivindicações – muitas vezes legítimas – que têm perante o Executivo, não quiseram prejudicar os alunos e as suas famílias.

«Não me parece que isso seja legítimo. O mérito dos exames terem corrido bem, é dos professores; e não me pare e que fique bem ao Governo –. e a V. Exa. – capitalizar politicamente essa mesma atitude dos nossos professores.

«Disse-lhe que nada de novo



Debate Mensal com o Governo

trouxe aqui. Mas na verdade, trouxe uma novidade: quanto a essas cinco medidas – ou “medidazinhas”, melhor será dizer – que aqui nos trouxe hoje, há uma novidade, que é o recuo que essas “medidazinhas” reflectem.

Eu recordo – e recordo bem! – os cartazes espalhados no País a anunciarem “Inglês para todos, no ensino básico!”. Chegamos à conclusão de que, afinal, é só para 25 por cento das escolas...

«Lembramo-nos, Sr. Primeiro-Ministro, de que V. Exa. se deslocou a uma escola e com pompa e circunstância anunciou o alargamento do horário escolar no Primeiro Ciclo e para todas as escolas.

«Bem sei que foi há dois meses e que, há um mês atrás, saiu um comunicado do Ministério da Educação que nos dizia que essa medida só avança em 65 por cento das escolas do Primeiro Ciclo. E agora, o Sr. Primeiro-Ministro vem dizer que são só 50 por cento. É bom que o ano lectivo comece depressa, senão essa medida é mais uma para desaparecer nalguma gaveta!

«Mas perante estas e outras medidas, deixe-me fazer-lhe algumas perguntas directas, para as quais peço respostas realmente directas, abandonando este registo permanente de generalidades que tem usado ao longo de debate e me responda com palavras simples e se possível, com números também eles compreensíveis e esclarecedores!

«Disse-nos que o alargamento do horário escolar afectaria 50 % das escolas. Ora, essa medida foi decerto preparada e por isso o Sr. Primeiro-Ministro não terá dificuldades em dizer-me em quantas escolas esse alargamento já está a decorrer, hoje em dia.

«Porque se só 5% das escolas, neste momento, o estão a fazer, então os seus 50% são um forte avanço; se decorrer em 49 % ou 60 % das escolas, então a sua medida nada representa, ou é, até, um recuo!

«Neste assunto, de tanta importância, é fundamental para podermos avaliar o seu alcance, sabermos em quantas escolas é que já ocorre esta extensão, não por acção do Governo, mas por iniciativas das autarquias locais, que já há muito tinham compreendido que o deveriam fazer, para bem das respectivas



comunidades.

«Quanto ao ensino do Inglês em 25 por cento das escolas do primeiro ciclo: por iniciativa das autarquias, em quantas existe hoje? Voltamos à mesma: se forem em 5%, é um bom avanço; se forem em 30%, estamos a recuar! Diga-nos, pois, concretamente, quais são os números, neste momento, neste dia!

«Mas o Sr. Primeiro-Ministro trouxe-nos esta novidade, a de que “as ideias devem partir da Oposição!”. O Senhor não o conhecerá, mas há um projecto de Lei de Bases de Educação, preparado e apresentado por este Grupo Parlamentar. Aí estão medidas concretas! E sobre o aumento da escolaridade obrigatória! E sobre isso, o Sr. Primeiro-Ministro não tem nada para nos dizer... sobre o combate ao insucesso escolar, o Sr. Primeiro-Ministro não tem nada para nos dizer... na gestão das escolas, o Sr. Primeiro-Ministro não tem nada para nos dizer... no ensino profissional e tecnológico, o Sr. Primeiro-Ministro não tem nada para nos dizer... e isso é profundamente lamentável!

«Uma última questão: saberá com certeza dizer-me qual foi a Ministra da Educação, que assinou o Decreto-Lei N° 20, de 19 de Janeiro deste ano, de 2005, que institui o actual sistema de colocação de professores e do qual o senhor há pouco se gabou, pela “rapidez e sucesso das colocações

deste ano”!

«Muito Obrigado.»

Intervenção de Agostinho Branquinho: (O Primeiro-Ministro, hoje) tem feito, como é habitual, um discurso redondo e repetitivo.

Na terceira volta, foi o Deputado Agostinho Branquinho que falou pelo PSD, afirmando:

«Senhor Primeiro-Ministro: V. Exa. hoje, nesta Câmara, tem feito, como é habitual, um discurso redondo e repetitivo.

«Aliás eu julgo que V. Exa. já aplicou o “plano tecnológico”, porque substituiu a velha “cassete” pelo DVD. De qualquer forma, V. Exa. tem vindo a dizer, repetidamente, a mesma coisa.

Mas no meio de tudo isso, V. Exa. fez uma acusação falsa ao Partido Social-Democrata!

«O Partido Social-democrata, nesta legislatura, ao contrário do que V. Exa. afirmou, já apresentou medidas legislativas concretas sobre Educação. Apresentámos uma Lei de Bases da Educação, na qual incluímos medidas concretas sobre questões de que V. Exa. aqui falou.

«Assim, a escolaridade obrigatória passaria de 9 para 12 anos. Dizemos que a gestão das Escolas deve ser feita com mais rigor e com mais exigência.

«Estabelecemos uma aposta séria no ensino técnico-profissional.

«E o Sr. Primeiro-Ministro, por acaso, recorda-se que esta Lei de Bases já foi votada aqui, no Plenário da Assembleia da República? [nova desatenação de Sócrates, a falar com outro Ministro] ... O Senhor Primeiro-Ministro importa-se de me ouvir, pois estou a tentar fazer-lhe uma pergunta e gostaria de saber se me pode responder ... Recorda-se do resultado desta votação? Pois o Partido Socialista, votou favoravelmente. Mas em relação ao Processo de Bolonha, o Sr. Deputado José Sócrates votou contra.

Ora, poderá o Senhor Primeiro-Ministro explicar-me porque é que o Senhor deputado José Sócrates votou contra o processo de Bolonha, há uns meses atrás; e como é que o Primeiro-Ministro José Sócrates nos veio aqui anunciar, hoje, que tinha feito coisas positivas – que tinha feito Bolonha em três meses!

«Esqueceu-se de dizer que exactamente sobre as mesmas coisas e as mesmas posições, V. Exa. votou contra! Quais as razões de uma e de outra atitude? Era o que eu gostaria de saber! Onde está a coerência?

«Uma palavra final neste debate: o líder do meu partido, Marques Mendes, na intervenção inicial, suscitou uma questão da maior importância para o nosso País. E fê-lo de uma forma séria. Foi a questão da segurança.

«Sr. Primeiro-Ministro: já lá vão mais de três horas e V. Exa., até gora, nem uma palavra de tranquilidade disse aos Portugueses sobre esta matéria.

«A questão da segurança não o preocupa, Sr. Primeiro-Ministro?

«Não acha que é o momento de tranquilizar os portugueses sobre esta matéria, sem demagogias, sem populismos, mas de uma maneira séria, como o líder do meu partido a levantou aqui na Câmara?

«Esta é, Sr. Primeiro-Ministro, a última oportunidade de responder nesta matéria!».

As perguntas e respostas continuaram, com as últimas intervenções dos restantes partidos e a sessão acabou, como manda o regimento, com o encerramento do debate, a que o Primeiro-Ministro não trouxe, infelizmente, os esclarecimentos concretos e cabais que o PSD lhe solicitou. - PL

Em Cascais

O Presidente do PSD encerra o curso de formação de autarcas e apresenta a recandidatura de António Capucho

No passado sábado, o Presidente do PSD, Luís Marques Mendes presidiu à cerimónia de encerramento do curso de formação de autarcas, realizado pela CPS de Cascais, num jantar que reuniu cerca de 500 militantes e simpatizantes e no qual foi feita a apresentação do candidato social-democrata à Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, para o seu segundo mandato.

Foram também apresentados os candidatos do PAD às Juntas de Freguesia, Fernando Teixeira Lopes (Alcabideche), Zilda Costa Silva (Carcavelos), Ana Brito Leal (Cascais), Luciano Mourão (Estoril), Correia de Almeida (Parede) e Fernando Mesquita (S.Domingos de

Marques Mendes fala do Partido, de Portugal e de António Capucho, que depois de ter desempenhado, quase todos os maiores cargos políticos, «aceitou vir prestigiar o desempenho da actividade autárquica»

Luis Marques Mendes começou por enaltecer o trabalho político que se tem vindo a realizar a nível partidário em Cascais e no qual todos os militantes têm sido chamados a



Rana).

Após a entrega dos diplomas aos 150 alunos do curso, entrevistaram Ricardo Leite, (Director do Curso), Carlos Carreiras (Presidente da CPS/Cascais), Daniel Figueiro (Presidente da JSD), António d'Orey Capucho (Presidente e Candidato à Câmara Municipal de Cascais) e por fim Luís Marques Mendes.

António Capucho apresentou um balanço do trabalho realizado no actual mandato e das suas motivações para um novo mandato, dando ênfase aos dois eixos que consubstanciam o projecto que lidera: travar a desqualificação que o Concelho sofreu nos dois mandatos autárquicos anteriores, liderados pelos socialistas e iniciar uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho, hoje já bem visível mas ainda não completamente implementada.

participar e a decidir, exemplo disso é exactamente o Curso de Formação, para o qual não poupou elogios, ainda para mais quando o mesmo foi realizado por jovens quadros da JSD e do PSD.

Na segunda fase da sua intervenção, mais virada para o Partido e para a política nacional, Marques Mendes, acusou o Primeiro-Ministro e o Governo de "atitudes de arrogância de quem está deslumbrado com o poder", ao executar algumas das suas decisões "humilhando os servidores do Estado". Apontou "as atitudes" do executivo de José Sócrates em relação a juizes, professores e funcionários públicos como exemplos de "tiques de arrogância".

"Quando falou de encurtar as férias judiciais fê-lo na base de um ataque injustíssimo aos juizes (...) Quando anuncia medidas no domínio da administração pública, fá-lo na

base de um ataque aos funcionários públicos (...) Quando tomou medidas no domínio da educação, escusava de o fazer na base de uma atitude de ataque ou de humilhação dos professores", disse.

Estes exemplos serviram ao líder do PSD para ilustrar as "atitudes arrogantes, erradas e injustas" do governo.

"Precisamos de motivar todos para as tarefas colectivas e não estar aqui a minimizar ou até humilhar servidores do Estado. Neste plano, tais tiques de arrogância, não me parecem positivos", enfatizou Marques Mendes que caracterizou ainda o executivo socialista como um governo "de muita encenação e pouco conteúdo", em "permanente campanha eleitoral", que foi incapaz de reformar "um Estado omnipotente, perdulário, gastador e ineficiente".

Finalmente, o Presidente do nosso Partido manifestou a sua

profunda admiração pelo percurso político e partidário de António Capucho, como também pelo seu trabalho como Presidente da Câmara Municipal de Cascais, realçando as capacidades e qualidades de António Capucho, que depois de ter desempenhado quase todos os cargos políticos a nível nacional e internacional, aceitou vir prestigiar o desempenho da actividade autárquica como Presidente de Câmara.

Terminou como tem feito ao longo da campanha, aconselhando os candidatos sociais-democratas a não seguirem o exemplo do PS a nível nacional, em que prometeram tudo na campanha para as ultimas legislativas e têm vindo a fazer exactamente o contrário na actividade governativa.

Finalmente, manifestou a sua total confiança na equipa apresentada e na sua capacidade e levar o nosso Partido à Vitória, naquele tão importante e decisivo Concelho do Distrito de Lisboa. – Fonte: Carlos Carreiras



Em Palmela

O Presidente do PSD apresenta a candidatura de um “homem bom” da terra, que não recua nem teme a luta pela sua autarquia

No passado dia 22, no Kartódromo Internacional de Palmela, mais de trezentos militantes e simpatizantes do PSD, testemunharam o lançamento da candidatura do antigo jogador e treinador Octávio Machado, a Presidente da Câmara Municipal de Palmela.

Foi o Presidente do PSD, Luis Marques Mendes, que esteve presente para este acto inicial da luta pela autarquia palmelense.

Na iniciativa estiveram presentes o Dr. Edgar Costa (ex-Presidente da Câmara Municipal de Palmela eleito pela CDU), que será o mandatário concelhio da candidatura, o Presidente da Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD, Luís Rodrigues, o Presidente da Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD, Nuno Matias, o Presidente da Comissão Política da Secção de Palmela e candidato à Assembleia Municipal, Bracinha Vieira.

Foi uma singela mas muito significativa cerimónia, na qual se confirmou a forma abrangente como a candidatura tem conseguido captar apoios, principalmente junto de cidadãos sem ligações político-partidárias, o que permite acalentar esperanças de um grande resultado eleitoral.

Isso mesmo foi defendido por Nuno Matias, que considerou que o PSD tem o direito de lutar e sonhar em ganhar a uela Autarquia, destacando o apoio que tem vindo a receber da estrutura nacional do partido.

Salientando a competência e qualidade dos candidatos, assegurou que a força do PSD será afirmada na razão directa da forma como for capaz de mostrar que sabe ouvir, para representar a população; e como mostrar que é tempo de apostar numa forma diferente de estar e sentir a política.

Agradecendo a forma como Octávio Machado se disponibilizou em ser candidato à Câmara da sua terra, assegurou a disponibilidade da JSD para o trabalho, e anunciou a reabertura da JSD/Palmela.

Luis Rodrigues, afirmou que a candidatura de Octávio Machado é uma aposta forte, com a convicção que poderá potenciar uma candidatura ganhadora, fruto do trabalho, da seriedade e competência.

Satisfeito pelo conjunto de candidatos, destacou a forma como o processo autárquico tem decorrido de forma estimulante e mobilizadora, que se poderá transformar num grande contributo para ajudar o PSD a ser, mais uma vez, o maior partido do poder

local.

O Presidente da CPD/PSD de Setúbal reconheceu, agradeceu, louvou e destacou a forma como o líder do PSD, Luis Marques Mendes, tem dedicado a sua atenção ao Distrito de Setúbal, e do apoio real que tem sido dado às diversas candidaturas.

Octávio Machado, por sua vez, afirmou a sua motivação em trabalhar e lutar pelo melhor para a sua terra, não deixando de mostrar o seu profundo conhecimento do concelho de Palmela, fruto da sua experiência associativa e empresarial, que lhe permitiu desenvolver as propostas que permitam a atracção de investimentos e de criação de mais empregos.

Referindo que a força da candidatura é a dada pela forma positiva como vão encarar este desafio, não deixou de prometer muito trabalho, com a certeza de que está disposto a trabalhar pelo Concelho de Palmela.

O líder do PSD apela aos cidadãos do concelho e do Distrito para que abandonem preconceitos ideológicos e apoiem as pessoas e ideias, acima de qualquer bandeira partidária

Marques Mendes, em palavras breves, mas directas, realçou a forma como Octávio Machado «que não precisa da Política, o que é óptimo!», se disponibilizou para encabeçar esta candidatura, reafirmando que o PSD representa o empreendedorismo da sociedade civil e a capacidade de construir e desenvolver as terras em que é poder autárquico.

Elogiando a forma responsável e estruturada como, no Distrito de Setúbal, o processo autárquico tem sido conduzido, destacou a coragem e determinação de Octávio Machado, e apelou aos cidadãos do concelho de Palmela e do Distrito de Setúbal para que abandonem preconceitos ideológicos e que apoiem as pessoas e as ideias acima de qualquer bandeira partidária.

O líder do PSD, como é seu timbre nestas sessões, falou do panorama político nacional, afirmando que o governo deveria recorrer a receitas extraordinárias para reduzir o défice orçamental, em vez de atacar os funcionários públicos e aumentar os impostos.

“O governo faz mal em não recorrer a receitas extraordinárias, porque recorre em alternativa ao aumento dos



impostos e isso é muito pior”, disse Marques Mendes.

“Seria preferível a venda de património de Estado, que não tem nenhuma utilidade nem aplicação prática neste momento, para reduzir o défice orçamental”, acrescentou o líder social-democrata, assegurando que há muitos “quartéis e outros serviços do Estado sem utilidade que poderiam proporcionar receitas extraordinárias para reduzir o défice I”.

Para Marques Mendes, o governo de José Sócrates seguiu um “caminho duplamente errado” ao aumentar os impostos e ao atacar os funcionários públicos, porque “prejudica a economia e as pessoas”. Na sua opinião, “os portugueses estão a pagar mais impostos por decisão do Governo, não tanto para baixar o défice mas para aumentar a despesa inútil do Estado”.

“O Governo não faz aquilo que deveria fazer, emagrecer o Estado, e faz aquilo que devia evitar, aumentar os impostos, penalizando as pessoas e as empresas”, sublinhou.

Marques Mendes salientou ainda a “oposição construtiva e responsável” do PSD, que pela primeira vez se encontra na oposição a um Governo de maioria de um só partido, e referiu que os sociais-democratas defendem que “muitos dos serviços do Estado inúteis acabem, que as funções duplicadas acabem, e que várias funções que não são essenciais ao Estado passem para a iniciativa privada ou social”.

A sessão terminou com manifestações de entusiasmo dos assistentes e muitos “Vivas!” a Octávio Machado, a Palmela, a Marques Mendes e ao PSD – **Fonte e fotos: Nuno Matias/PSD**

Em Vieira do Minho

Marques Mendes apresenta candidatura de Albino Carneiro



No dia 26 de Junho, no bonito recinto da Festa Popular das Cerdeirinhas, em Vieira do Minho, com a presença do líder do partido, Luís Marques Mendes, foi apresentada a candidatura de Albino Carneiro à presidência da Câmara Municipal, nas próximas eleições autárquicas, na presença de muitas centenas de apoiantes da coligação que se formou entre o PSD e CDS, acordo esse que foi, aliás, assinado na ocasião.

Estiveram ainda presentes na mesa de honra, o Presidente da Comissão Política de Secção, Carlos Alberto Gonçalves, o qual deu as boas vindas a todos os presentes; o presidente da JSD Nacional, Daniel Fanguero, Virgílio Costa, Presidente da Comissão Política Distrital do PSD e Nuno Melo, Líder Parlamentar do CDS/PP em representação do CDS/PP na coligação, o candidato, Albino Carneiro e o líder do PSD, Marques Mendes.

Albino Carneiro iniciou a sua intervenção com um agradecimento e um "obrigado" a todos, salientando ser com "vossa presença, com o vosso entusiasmo, com a vossa força, o vosso empenho e determinação que damos hoje o primeiro passo, numa luta, numa batalha, que nos vai conduzir à vitória nas próximas eleições autárquicas!».

Agradeu também, «de uma forma muito especial, a presença do nosso líder, a presença do presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes, do nosso secretário geral Dr. Miguel Macedo e por parte do CDS/PP, o líder de bancada parlamentar Dr. Nuno Melo»

Recordou que há quatro anos, por

uns escassos 50 votos, não conseguimos o objectivo a que nos propusemos: «Perdemos essas eleições, mas quem mais perdeu foi Vieira do Minho. O que profundamente nos entristeceu, é que sabíamos, tínhamos a certeza que, com o Partido Socialista de novo a comandar o nosso Concelho, seriam mais quatro anos de estagnação, mais quatro anos a andar para trás, mais quatro anos perdidos, no caminho do desenvolvimento da nossa terra e das nossas gentes. Ora, infelizmente, o tempo deu-nos razão.»

Sublinhou que, neste mandato que agora acaba, os socialistas se limitaram a fazer gestão corrente, a ver passar o tempo, embora a meio o mandato tenham tentado «mudar de personagens, trocando um presidente por outro presidente.»

«Mas» - disse - «o atraso no desenvolvimento do nosso Concelho, não se resolve com a troca de uma cara socialista por outra cara socialista. Isto não é um jogo de troca cromos. A política não é um jogo de máscaras!»

Os problemas vão resolver-se com mudança «de política, no dia em que mudarmos o partido que é responsável por esse atraso, no dia em que o nosso projecto vingar!»

«E esse dia, caros amigos, está mais perto do que nunca! Vamos fazer esse caminho, caminhando. Está nas nossas mãos, e apenas nas nossas mãos, fazermos alguma coisa pela nossa Terra, fazermos desenvolver este Concelho, que é nosso, e do qual tanto gostamos.»

E mais adiante: «recuso-me a conviver com esta fatalidade de sermos eternamente o concelho mais pobre do distrito de Braga. Recuso,

com indignação, que sejamos os parentes pobres de um distrito que tem sofrido um forte desenvolvimento. Basta olhar para os concelhos vizinhos. Comparem com o que se passa ao nosso lado. A diferença salta à vista de todos e os culpados dessa diferença, os culpados desse nosso atraso, têm de ser responsabilizados.

«A culpa não pode morrer solteira. O Partido Socialista, que nos tem governado nos últimos 16 anos, tem que ser responsabilizado pela gestão desastrosa que tem feito no município. E eu tenho a certeza de que o povo vai fazer justiça, e vai dar-nos uma grande vitória nas próximas eleições!»

Falou depois do futuro e do que é necessário fazer, lembrando que os socialistas têm o hábito de prometer hoje uma coisa e ainda o dia não está acabado e já estão a fazer o contrário. «Comigo, isso não acontecerá nunca. Não contem comigo para dizer hoje uma coisa e amanhã fazer outra! A seriedade é um valor que está acima de tudo!»

Sublinhou que, tendo sido eleito vereador há quatro anos, tem hoje mais experiência, aprofundado conhecimentos, e sabe exactamente por onde começar a trabalhar para o desenvolvimento do concelho.

Dentro de dias, o candidato apresentará o programa de acção para a Câmara, para os próximos quatro anos, bem como o restante elenco autárquico, «uma equipa forte e conhecedora dos problemas do concelho, para os quais é necessário encontrar resposta».

Em linhas muito gerais, assumiu que «é mesmo imperioso, proceder à revisão do PDM /.../ em segundo lugar, daremos verdadeira atenção ao sector da Educação, pois não há

sucesso educativo sem um parque escolar em boas condições. Também faremos com que as nossas crianças tenham aprendizagem de inglês, logo no ensino básico, assim como disponibilizaremos uma equipa de professores de educação física, para apoiar na prática de actividades desportivas»

«Uma terceira área de acção diz respeito à nossa Juventude: queremos implementar um conjunto de medidas e de actividades, que permitam inculcar confiança nos nossos Jovens, e desenvolver as suas potencialidades. Nós acreditamos na nossa Juventude... Os nossos Jovens são tão bons ou melhores do que os outros. É preciso é que lhes demos oportunidades».

Finalmente, manifestou a sua certeza que, após a vitória eleitoral, será posto em prática o "Projecto Integrado de Desenvolvimento de Vieira do Minho", um programa de acção que permitirá que, em quatro anos, o nosso Concelho dê o salto qualitativo que merece, /.../ promoverá áreas específicas de actividades concelhias até hoje votadas ao abandono e ao mesmo tempo potenciará outras, que exigem capacidade de iniciativa, inovação, e espírito empreendedor».

E a terminar, lançou o desafio: «A escolha nas próximas eleições é a seguinte: ou os vicienses querem uma Câmara Municipal gerida por pessoas que só fazem política de conversa fiada, e de festa ou preferem uma nova equipa de trabalho com objectivos bem definidos. A escolha é simples: ou votamos naqueles que são responsáveis pelo atraso do nosso Concelho, ou votamos na coligação PSD - CDS e fazemos nascer uma nova esperança para a nossa terra! Vamos à luta, vamos ao combate, Vamos ganhar, porque Vieira do Minho merece mais, merece melhor! Viva Vieira!»

Marques Mendes salienta carácter humilde e sério do candidato, virado para servir as pessoas e para a luta contra os interesses instalados

Marques Mendes, como líder do PSD, justificou a sua presença em Vieira do Minho pela amizade angariada ao longo dos anos, pelo seu conhecimento do Concelho (o líder do PSD é oriundo de um concelho vizinho) e pela seriedade e competência patenteadas na candidatura agora apresentada.

Relativamente à candidatura de

Albino Carneiro, Marques Mendes salientou o carácter humilde e sério realçado no seu discurso, virado para servir as pessoas e contra os interesses instalados.

Enalteceu, também, a candidatura, pela segunda vez, de Albino Carneiro à Câmara Municipal de Vieira do Minho, tendo perdido por escassos cinquenta votos, nas últimas autárquicas, mostrando competência e capacidade de destronar a Câmara há dezasseis anos nas mãos dos socialistas.

Enquanto líder da oposição, o Dr. Luís Marques Mendes lembrou ao candidato Albino Carneiro, que tivesse cuidado com as promessas, não fosse acontecer o mesmo que aconteceu com o Eng. Sócrates, prometeu “mundos e fundos” e agora faz no Governo o contrário daquilo que prometeu. Segundo o líder do PSD, devemos ter cuidado com aquilo que prometemos e só o devemos fazer com a certeza de que o vamos cumprir. Dando como certo que Albino Carneiro, como pessoa competente e séria que é, só irá

prometer aquilo que tem a certeza de mais tarde cumprir. Acrescentando que essa é a diferença entre os candidatos do partido social-democrata e os socialistas.

Falou ainda com firmeza, para denunciar as irresponsabilidades e zigue-zagues do actual Governo, que não somente não cumpre promessas eleitorais, como está a fazer precisamente o contrário do que prometeu, escudando-se atrás de motivos circunstâncias desfavoráveis, que eles bem conheciam, pois tinha sido na sua anterior gestão que o descalabro se instalara e os três anos de anterior governo mal tinham conseguido estancar o estado de sangria em os socialistas – incluindo um dos seus grandes responsáveis, o eng. Sócrates - tinham deixado Portugal.

Finalmente, deixou uma mensagem de esperança e coragem ao candidato e a quantos o apoiam, pois a vitória é justa, não apenas para eles, como para o futuro de todo o Conselho – **CAG, Vieira**



Em Braga

Miguel Macedo na apresentação dos cabeças de lista destaca a “rara qualidade” dos candidatos



A apresentação dos cabeças de lista da Coligação “Juntos por Braga”, encabeçada pelo PSD, teve lugar na passada Terça-feira, dia 21 de Junho, no Clube do Empresário da Associação Industrial do Minho, perante uma alargada plateia (quase a rondar o milhar) de militantes e simpatizantes dos partidos coligados e de Bracarenses não-alinhados partidariamente, mas que se revêem nas personalidades e nos ideais, bem conhecidas, dos candidatos em geral.

A ocasião contou com as intervenções do Secretário-Geral do PSD, Miguel Macedo, de Girão Pereira

do CDS, de António Machado, do PPM, bem como do Presidente da Comissão Política Distrital de Braga do PSD, Deputado Virgílio Costa e obviamente, do candidato à Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio.

Intervenção do candidato à Presidência da Câmara, Ricardo Rio

Quando se apresentou formalmente nesta sessão, Ricardo Rio afirmou que «Submetemo-nos ao sufrágio dos Bracarenses com um projecto sólido,

credível e ambicioso, alicerçado num profundo conhecimento da realidade do nosso Concelho, das aspirações da população Bracarense e das respostas mais eficazes e exequíveis para cada área de intervenção».

Prestou homenagem aos anteriores dirigentes locais do PSD e à sua luta sem tréguas contra um poder autárquico caciquista e dinosaurico, para afirmar que «esta Coligação, resulta da convergência de pontos de vista dos Partidos que a constituem, nas matérias do foro autárquico no Concelho de Braga e da especial afinidade entre os seus militantes e simpatizantes, no que respeita à ambição de mudança do rumo seguido pela Gestão Municipal.

Desta união, porém, resulta um projecto supra-partidário, uma alternativa de mudança que vai seduzir e galvanizar cidadãos de todos os espectros políticos e ideológicos, pela sua dinâmica, pela sua credibilidade, pela sua postura de ruptura com os vícios e as práticas instaladas na actual Gestão da Autarquia.»

Nos seus objectivos, está «fazer de Braga uma cidade verdadeiramente sustentável – através de uma Autarquia interventiva nas diversas esferas da acção social, arrojada no domínio da dinamização económica, atenta à preservação do meio ambiente e à promoção da qualidade de vida das populações.

«.../Pessoalmente, olho para a

energia e sucesso das Universidades Bracarenses, das Associações Empresariais, das Agremiações Desportivas, das Entidades Culturais, das IPSS e de todas as forças vivas da sociedade Bracarense como uma enorme oportunidade que não é possível desperdiçar pela obsessão do controlo municipal. A cada um destes parceiros cabe um papel crucial no processo de desenvolvimento do nosso Concelho que a Autarquia deve saber catalisar, apoiar e rentabilizar na prossecução das suas próprias iniciativas e objectivos».

«.../ tudo faremos: para reforçar o apoio social às camadas mais desfavorecidas da população, através de uma Rede Social eficaz que proporcione serviços alargados de apoio à infância, aos idosos e aos cidadãos com necessidades especiais e desenvolva respostas específicas para os grupos de risco /.../ para guindar Braga à liderança política, social e económica de um espaço supra-municipal com epicentro na actual Grande Área Metropolitana do Minho, mas que assuma um claro protagonismo no Norte de Portugal e na sua articulação com a Galiza /.../ para reforçar os níveis de competitividade e atractividade do nosso Concelho /.../ para regular o urbanismo municipal /.../ para dar vida à nossa Cidade, reforçando os níveis de prática desportiva, mediante a intervenção fiscalizadora das forças da ordem e da Polícia Municipal /.../ qualificando e alargando o Parque

Escolar e a Rede de Creches e Jardins de Infância do Concelho/.../ criando e reconvertendo zonas de lazer que sejam colocadas ao serviço da população.

«Já na próxima semana, assinarei um contrato político com a Juventude Bracarense, com a qual me comprometerei a acautelar as suas aspirações/.../ queremos também, rapidamente, acabar com a cultura do “chapéu na mão” que grassa nas Juntas de Freguesia, nos agentes económicos, no comum dos cidadãos que receia o poder tentacular de uma Autarquia que cultiva o medo e entregou o Concelho ao obscurantismo no plano nacional para gerir conveniências estritamente pessoais.

«Neste momento especial, gostaria de enaltecer, em pessoas dos Drs. Miguel Macedo, Girão Pereira e António Machado, todo o apoio que nos tem sido prestado pelas lideranças dos nossos Partidos. Sei que, quando na noite das Eleições brindarem à nossa vitória, sentirão o travo doce da partilha de uma conquista em que estão também pessoalmente empenhadas.

«Todos juntos vamos ganhar Braga! Braga vai seguramente ganhar connosco!»

Intervenção do Secretário-Geral do PSD, Miguel Macedo

O Secretário-Geral do PSD, na sua intervenção, destacou a «rara qualidade dos dois cabeças de lista da Coligação à Câmara e à Assembleia Municipal de Braga», que reputou como pessoas sérias, honradas e com provas dadas no plano profissional, que assumiam a sua candidatura como «um verdadeiro exercício de cidadania».

Miguel Macedo evocou o grande currículo do Professor Cruz Vilaça, consagrado jurista e docente universitário, ex-Presidente do Tribunal das Comunidades Europeias e ex-Secretário de Estado e Deputado à Assembleia da República, para referir que não é comum observar-se uma pessoa com este estatuto, estar disposto a assumir o ónus de uma batalha autárquica pela sua terra natal, disputando a Assembleia Municipal nas condições extremamente difíceis que as mesmas ocorrem em Braga.



A este propósito, recordou que ele próprio já fora candidato neste Concelho e que são incontornáveis os obstáculos que um poder autoritário coloca ao normal funcionamento da democracia local.

Ainda assim, lembrou, esta Coligação «reúne condições para conseguir um resultado histórico, destronando o ultrapassado poder socialista e provocando uma das grandes surpresas da noite eleitoral de Outubro próximo».

À cabeça, referiu, encontram-se os méritos do candidato à Câmara Municipal: um amigo pessoal com que pudera trabalhar em anteriores Comissões Políticas, um profissional com uma vasta e diversificada experiência em cargos de elevada responsabilidade, uma pessoa vertical, dinâmica e ambiciosa que assumia com clareza o seu projecto para o Concelho.

Em segundo lugar, a aspiração de mudança dos Bracarense, que se encontram desejosos de ter uma liderança autárquica que aposte na dinamização económica, que apoie a cultura, que promova a qualidade de vida nas suas diferentes vertentes.

Finalmente, a capacidade de mobilização, a energia e criatividade dos Partidos que compõem a Coligação e a

força das suas estruturas de juventude, num Concelho que continua a ser um dos mais jovens do País.

«A força desta mudança tranquila vai seguramente incomodar o actual Presidente da Câmara» disse, para sublinhar que «não seria de estranhar que este se visse forçado a antecipar a sua campanha e a invadir a cidade com outdoors e outros materiais, cujo custo real caberia à Entidade Reguladora das Contas dos Partidos e das Campanhas Eleitorais, apurar, em nome da justiça e da transparência que deve acompanhar os actos eleitorais.»

Apesar de tais manifestações de pseudo-força do poder em funções, Miguel Macedo deixou três palavras aos candidatos da Coligação: coragem, determinação e confiança, pois caso reunissem tais requisitos ficaria bem mais próxima a vitória que muito têm feito por merecer e que seguramente os Bracarense já mereciam.

A concluir uma intervenção em que começou por saudar a pequena Joana, filha de Ricardo Rio, que aos três meses de vida ali participava no seu primeiro acto público, Miguel Macedo deixou o testemunho de amizade do Presidente do Partido, Dr. Marques Mendes, que, não podendo estar presente na ocasião por razões de agenda parlamentar, seguramente estaria ao lado dos candidatos da Coligação nos momentos mais difíceis e acalorados da contenda que se avizinha.»

Perfis dos cabeças de lista

Assembleia Municipal:

Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça
Nasceu em Braga em 20/09/1944, Casado, 4 Filhos
Doutorado em Economia Internacional pela Universidade de Paris e Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Advogado e juriconsulto, chefia o Departamento de Direito Comunitário e da Concorrência da PLMJ – A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados, Sociedade de Advogados desde 1996.

Professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade Católica.

Consultor da Comissão Europeia. Presidente do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias (1989-1995).

Secretário de Estado da Administração Interna (1980).

Secretário de Estado da Presidência do Conselho (1981).

Secretário de Estado para a Integração Europeia (1981-1982).

Deputado à Assembleia da República (1980-1986) e na Assembleia Municipal de Braga (1986).

Câmara Municipal:

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio
Nasceu em Braga em 21/11/1972, Casado, 1 Filha

Mestrado e Licenciatura em Economia na Faculdade de Economia do Porto. Economista, Formador e Consultor de Empresas, é Assessor do Conselho de Administração da Casa da Música do Porto.

Foi Director do Instituto Mercado de Capitais da Euronext Lisbon (2002-2003) e Secretário-Geral da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros (1997-2001).

Lecciona disciplinas de Licenciatura e Pós-graduação na Universidade Lusitana e no Instituto Superior de Administração e Gestão (desde 1995).

Presidente da Comissão Política do PSD de Braga (desde 2002).

Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Braga do PSD (desde 2004).

Deputado na Assembleia Municipal de Braga (desde 2001).

Editor do Suplemento de Economia do Diário do Minho (desde 1999).



Miguel Macedo em Redondo

Apresentação dos candidatos autárquicos



Mais de duas centenas de pessoas acorreram ao jantar de apresentação dos candidatos do PSD às eleições autárquicas no concelho de Redondo, jantar que decorreu no passado dia 25 de Junho, nos Terraços do Outeiro, em Redondo e que contou com a presença do Secretário Geral do PSD, Dr. Miguel Macedo.

Em primeiro lugar usou da palavra o Presidente da Comissão Política da Secção de Redondo e candidato à Assembleia Municipal, Gonçalo Morais Tristão, que, depois de apresentar os vários candidatos, afirmou que o PSD queria retirar o Redondo da profunda letargia em que vive.

Para isso, iria apresentar até às eleições, entre outras, propostas concretas para o desenvolvimento económico do concelho, a criação de oportunidades para os jovens e o apoio social aos mais carenciados.

Prometeu ainda que a campanha do PSD iria ser feita com honestidade, seriedade e humildade, sem demagogia e sem promessas absurdas. A este propósito, apelidou de perfeitamente absurda a recente "promessa" do PS de construir um Hospital Intermunicipal da Serra d'Ossa. Apelou ainda à população de Redondo para não se deixar envolver nos "esquemas" da actual Câmara que oferece "isto e aquilo" só para obter votos.

De seguida, falou Rafael Morais Cardoso, como candidato à presidência da Câmara Municipal de Redondo, começando por recordar a todos os presentes o excelente resultado do PSD no concelho nas últimas eleições autárquicas, cerca de 27% dos votos, tendo sido a segunda maior subida do PSD a nível nacional. Lembrou ainda que, nessas eleições, o PSD não retirou a maioria absoluta à CDU por pouco mais

de cem votos.

Falou depois nas responsabilidades acrescidas do PSD. A esse propósito, garantiu a continuidade do trabalho em prol das populações do Concelho e apresentar propostas na Câmara nesse sentido.

Deu como exemplo duas propostas que apresentou em Novembro de 2002 e em Fevereiro de 2003 e chumbadas pela CDU. A primeira, a da atribuição de subsídios anuais às colectividades, para acabar "com a política de mão estendida, tão do agrado do actual Presidente da Câmara que desta forma cria uma total e permanente dependência pessoal, destas organizações em relação à sua pessoa". E a segunda, a da criação do cartão municipal do utente, que beneficiaria todos os aposentados, cujo rendimento máximo não atingisse o salário mínimo nacional, facilitando-lhes a comparticipação na totalidade da verba a suportar na aquisição de medicamentos. A finalizar, Morais Cardoso, comprometeu-se a voltar a apresentar propostas e a trabalhar para que no concelho de Redondo haja desenvolvimento, liberdade, o fim de compadrios inaceitáveis e a criação de novos postos de trabalho por novas empresas.

O Secretário-Geral do PSD enaltece os projectos desta candidatura, nomeadamente as propostas de apoio social, desenvolvimento económico e apoio aos jovens

Por último, falou o nosso Secretário-Geral, Miguel Macedo que, tendo começado por reconhecer a dificuldade do combate do PSD no Redondo, face às variadas tentativas do actual executivo camarário em se manter no poder, afirmou que «apesar das dificuldades,

tenho enorme expectativa positiva e confiança nos resultados do PSD no Redondo», já que a credibilidade dos candidatos era evidente, sendo os únicos capazes de levar o concelho no caminho da modernidade e do desenvolvimento económico.

Referiu ainda que o PSD, como o maior partido nas autarquias, tem tido um cuidado rigoroso na escolha dos seus candidatos, de forma a que, estes, com responsabilidade, possam assumir os desafios do futuro.

Enalteceu, de seguida, os projectos desta candidatura, nomeadamente as suas propostas no âmbito do apoio social, do desenvolvimento económico e dos

apoios aos jovens. Finalizando a sua intervenção, o Secretário-Geral do PSD incentivou os candidatos aos órgãos autárquicos de Redondo a darem testemunho de verticalidade e a valorizarem os aspectos regionais, potenciando o progresso e o futuro.

A sessão terminou em genuíno e entusiástico ambiente social-democrata, com o candidato e o Secretário-geral rodeados por muitos dos presentes, que os queriam abraçar e manifestar-lhes, pessoalmente, a sua amizade e o seu empenho nas próximas eleições. – Fonte e Fotos: Gonçalo Tristão



Intervenção sobre o Projecto de Lei que estabelece o regime de mera gestão dos órgãos autárquicos, no período entre as eleições e a instalação dos novos órgãos

Deputado Hermínio Loureiro
Assembleia da República, 22 de Junho de 2005



(...)

Este projecto **representa mais um passo na prometida reforma autárquica**, há tanto tempo reclamada e hoje tão desejada.

Importa que a legislação estabeleça de forma clara, quais são os limites ao quadro de competências a exercer pelos órgãos autárquicos no período de gestão.

Em primeiro lugar, julgo ser **necessário definir** o que é considerado período de gestão, ou seja, **o período que decorre entre a realização de eleições e a tomada de posse dos novos órgãos eleitos**.

Este projecto assume uma importância especial sobretudo porque hoje vivem-se momentos de tensão permanentes, mas perfeitamente dispensáveis, entre o Poder central e o Poder Local.

(...)

Sempre defendemos uma relação institucional transparente, responsável e construtiva e não uma relação de quero, posso e mando, que revela bem, arrogância e autismo político deste governo.

Os exemplos mais recentes são motivo de profunda preocupação.

Se não vejamos:

·A alteração à Lei-Quadro das Áreas Protegidas;

·Os recentes diplomas aprovados em Conselho de Ministros sobre as questões ambientais que provocou uma reacção enérgica da ANMP;

·A alteração que representa um claro retrocesso e diria mesmo, provocação ao Poder Local com a nomeação em detrimento da eleição dos Presidentes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. É grave, é muito grave, é um retrocesso democrático, desrespeitando os autarcas e autarquias só para nomear Comissários político-partidários.

O Governo tem vindo com as suas atitudes a empreender uma ofensiva aos autarcas, tratando-os como os “suspeitos

do costume” e os responsáveis de todos os problemas.

Com estas atitudes torna-se extraordinariamente importante que a Assembleia da República aprove legislação que procure salvaguardar o normal funcionamento das autarquias e dos autarcas, otimizando a sua prestação, melhorando as condições para o exercício do mandato.

Por razões legais acontece que a tomada de posse e a instalação dos novos órgãos eleitos não ocorre imediatamente após a realização do sufrágio sendo que em alguns casos este período pode ir até aos 30 ou mais dias.

Na nossa opinião, é um imperativo ético mas também em vários aspectos uma exigência político - funcional que durante esse período não seja nem possa ser utilizado para se tomarem decisões e comprometer importantes meios e recursos da autarquia que prejudiquem e afectem o futuro do executivo.

Infelizmente, têm-se multiplicado situações concretas em que é isso mesmo que se verifica, assistindo-se a um abusivo frenesim de fim de mandato em que se assinam contratos, licenciam obras e compromete-se institucionalmente a autarquia de forma jurídica e financeiramente irreversível, com evidentes efeitos que são inaceitáveis para acção dos novos órgãos eleitos.

(...)

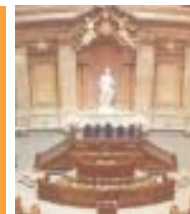
Importa que de forma clara, transparente e rigorosa, sejam definidos quais os actos que as Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia, bem como as Assembleias Municipais e as Câmaras Municipais e ainda os Presidentes de Câmara Municipal e os Presidentes de Junta de Freguesia podem praticar durante esse período.

Enquadramos mais este projecto de lei no conjunto de reformas que entendemos necessárias para otimizar o desempenho dos autarcas.

O Poder Local tem ao longo da nossa História contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento de Portugal.

Temos que procurar criar mecanismos que permitam, uma maior eficiência e eficácia que por um lado potencie o seu desempenho e por outro uma maior e mais efectiva responsabilização que favoreça a desejável transparência que aprofunde a confiança entre os eleitos e os seus eleitores.

(...)



O PSD propõe

PROJECTO DE LEI CRIA O REGIME ESPECIAL DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS COM DOENÇA ONCOLÓGICA

Exposição de motivos

A protecção concedida a crianças e jovens atingidos por doença oncológica continua, actualmente, a estar sujeita à legislação em vigor para as crianças e jovens com deficiências.

Ora é, deste modo, notório que essa legislação não se adapta a situações em que existem **crianças e jovens portadoras de doença oncológica**, uma vez que estes casos **apresentam características específicas e particulares insusceptíveis de se enquadrarem no actual regime de protecção**, sob o qual estão sujeitas, precisamente, devido a essas especificidades.

Concretamente, no momento em que é diagnosticada uma doença oncológica, segue-se um período de tratamento intensivo, com vários internamentos e deslocações a hospitais especializados para controlo e/ou tratamento da mesma que, normalmente, se prolongam no tempo.

Nas situações em que os tratamentos não se revelam eficazes no combate à doença, as crianças ou jovens entram numa fase paliativa e terminal de duração variável e indeterminada, no decurso da qual podem ocorrer sucessivos internamentos, bem como períodos em ambulatório.

Durante estes períodos, torna-se imprescindível a presença e o acompanhamento permanente de pelo menos um dos progenitores.

A família da criança ou jovem doente oncológico deverá, igualmente, ter acesso aos recursos financeiros essenciais, de modo a fazer face aos vultuosos gastos despendidos com tratamentos, idas ao médico, deslocações a hospitais ou compra da medicação necessária.

A atribuição de um subsídio à família permitiria que esta pudesse acompanhar condignamente a criança ou jovem doente, assim como preveniria eventuais recursos a créditos financeiros, evitando o já problemático endividamento familiar.

Deste modo, **urge criar um regime específico adequado às necessidades das crianças e jovens com doença oncológica**, dado que a legislação actualmente em vigor não se adequa, de forma conveniente, às situações de doença prolongada, durante as quais existem períodos em que é indispensável o acompanhamento permanente de um adulto.

Estando atento à legislação que, em idêntico sentido, tem sido produzida em vários países da Europa e constatando as lacunas e inadequações na legislação portuguesa de regras relativas às situações referenciadas, **entendeu-se formular o presente projecto de lei, instituindo-se**, com o mesmo, **um regime específico que permita adaptar os apoios à doença oncológica e suas vicissitudes**, uma vez, que, actualmente, não se verifica um enquadramento correcto, por se aplicarem aos casos de doença oncológica, disposições relacionadas com a invalidez ou com doenças crónicas, garantindo uma protecção continuada, mas não adequada àquela realidade.

(...)

O PSD Pergunta

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

Sobre o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida
Deputados Jorge Moreira da Silva e outros

Requerimento ao Ministério da administração Interna
Sobre a fusão de Freguesias com menos de mil habitantes
Deputados Vasco Cunha e Mário Albuquerque

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros
Sobre a possível extinção dos consulados honorários
Deputado José Cesário

Requerimento ao Governo
Sobre a reestruturação dos órgãos de comunicação social nos Açores
Deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte



Intervenção sobre a política de descentralização administrativa

Deputado Miguel Relvas

Assembleia da República, 23 de Junho de 2005



(...)

Os governos liderados pelo PSD assumiram a política de descentralização administrativa como uma preocupação primeira da sua acção.

Uma política que consideramos essencial no contexto da correcção das profundas assimetrias regionais ainda existentes.

Uma política assente na transferência de competências e meios para entidades municipais e intermunicipais e na criação de novas áreas metropolitanas.

Para o PSD, descentralizar é uma prioridade. Para o PSD, descentralizar é promover a coesão. Para o PSD, descentralizar é desenvolver. Para o PSD descentralizar é uma prioridade em todos os planos: político, económico, social e cultural.

Uma prioridade indispensável na construção do um novo modelo de Estado e de sociedade que defendemos. Uma prioridade que não muda, estejamos no governo ou na oposição.

(...)

Num processo sem precedentes em Portugal, o Conselho de Ministros, reunido em Tomar no mês de Junho de 2002, aprovou o primeiro conjunto de orientações no plano da descentralização administrativa. A isso seguiu-se a aprovação de um número amplo de diplomas concretos e o apoio à constituição das novas grandes áreas metropolitanas, comunidades urbanas e comunidades intermunicipais.

Tais entidades – ao contrário do que nos quer fazer crer o governo socialista – abrangem já mais de 95% da população portuguesa. A criação destas estruturas supra-municipais permitiu a instituição de inovadoras pessoas colectivas públicas de âmbito

territorial, orientadas para a gestão integrada de espaços metropolitanos e urbanos de âmbito supramunicipal.

Dessa maneira, abriram-se novas oportunidades concretas para a resolução de problemas que ultrapassam claramente as fronteiras municipais, contrariando o individualismo e o isolacionismo que, por vezes, pauta o funcionamento das instituições autárquicas e promovendo relações de complementaridade e de solidariedade entre municípios territorialmente contíguos.

A nossa intenção foi clara: quisemos que os municípios se associassem voluntariamente, criando pólos bem posicionados e bem preparados para enfrentar os desafios crescentes com que são confrontados nos dias de hoje, tanto no plano interno quanto no plano internacional.

Mas também pretendemos criar as condições para consolidar diversos interesses municipais numa perspectiva de estabilidade, permitindo gerir e colocar à disposição dos cidadãos, um manancial de programas, estruturas, infra-estruturas que anteriormente, porque agindo isoladamente, as câmaras municipais não conseguiam executar plenamente.

(...)

Nesta, como em muitas outras matérias, PSD e PS têm linhas de actuação política diametralmente opostas:

O PSD defende uma descentralização que reúne um amplo consenso de cidadãos e de autarcas; o PS pretende insistir numa regionalização que o povo chumbou em referendo.

O PSD bate-se por uma descentralização que vem de baixo para cima e que corresponde aos anseios das populações; o PS quer uma regionalização artificial imposta a partir do Terreiro do Paço.

O PSD é por uma descentralização que já deu provas da sua mais valia e que se insere na melhor tradição da história de Portugal; o PS obstina-se numa regionalização que divide e que traria mais problemas do que soluções.

(...)

Temos a certeza do caminho que elegemos. E agora que o PS, cego pelos seus preconceitos ideológicos, quer reavivar o fantasma da regionalização, reafirmamos com convicção a nossa posição. Uma posição que assenta em três pilares fundamentais:

Prosseguir o processo de descentralização administrativa, ampliando as transferências de competências para as grandes áreas metropolitanas e comunidades

urbana;

Aposta na formação ao nível das autarquias, contribuindo para a modernização administrativa e melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas;

Promoção do planeamento estratégico ao nível das grandes áreas metropolitanas e comunidades urbanas, adequando os Planos Regionais de Ordenamento do Território a estas entidades territoriais, incentivando a sua estruturação, a coordenação de investimentos de interesse supramunicipal e a articulação da sua actuação, a todos os níveis, com os serviços da administração central.

(...) O governo socialista não se limita apenas a atacar o processo de descentralização em curso. As suas mais recentes atitudes revelam, também, laivos de puro oportunismo político, como ficou patente no caso da proposta que visa alterar a forma de designação dos Presidentes das CCDR.

Na sua avidez de conquista de poder, o PS demonstra, de novo, falta de bom senso e falta de pudor. E confirma, como no passado, que a sua verdadeira intenção é apenas colocar verdadeiros comissários políticos com a missão de controlar a acção dos municípios existentes na sua área de acção.

Uma vez mais, o Partido Socialista mostra, em actos concretos, o seu verdadeiro rosto no que à regionalização concerne, afirmando-se como um partido centralista e jacobino. Os socialistas nem sequer se preocupam em respeitar o Presidente da República, pois pretendem obrigá-lo a aceitar uma lei diametralmente oposta à que promulgou há apenas 2 anos atrás.

(...)

Pensam os socialistas que por terem um governo novo podem desrespeitar um Presidente em fim de mandato. Logo o PS que tantas vezes se escudou no Presidente da República para tentar credibilizar as suas posições!

Mas esta não é uma luta entre poderes, na qual o PS com sua democracia musculada pensa que pode tudo, mas um debate sério e profundo sobre o Estado que queremos.

Também em matéria de descentralização, parar é estagnar, hesitar é paralisar, adiar é bloquear. Por isso, queremos um modelo de descentralização virado para o futuro. Não queremos soluções que signifiquem o regresso a um passado que não deixou saudades. Queremos uma descentralização aberta e

dinâmica. Não aceitamos modelos fechados, imobilizados e estáticos.

Queremos uma descentralização com rumo. Não queremos um modelo feito de avanços e recuos. Queremos uma descentralização que proporcione desenvolvimento. Não queremos um modelo que fomente assimetrias ou desigualdades entre as regiões mais ricas e as mais pobres, entre os grandes municípios e os pequenos municípios.

(,,)

O PS tem, neste Parlamento, uma maioria absoluta. E o seu estilo arrogante de exercício do poder certamente o levará a querer impor, nestas questões, as soluções em que teimosamente insiste, sem cuidar de saber se essas são as soluções que o País quer e que o País precisa.

Porém, fica o PS a saber, que contará com a nossa frontal oposição. Como contará, estou certo, com a oposição dos autarcas e das populações que seriam afectadas negativamente pelas decisões erradas do PS.

E acreditamos que contará também com a oposição do Senhor Presidente da República que, assumindo em toda a sua plenitude as funções que a Constituição lhe atribui, não deixará de ser coerente com as suas posições e em consequência, seguramente, não promulgará o decreto-lei do Governo, exactamente em sentido oposto àquele que promulgou há um ano e meio atrás.

Compreendemos que este Governo seja incompreendido pelos portugueses, pois muito do que faz é o contrário do que disse que ia fazer; quer que o Presidente da República faça o contrário do que já fez e prefere um Estado grande a um Estado eficaz, opta pela centralização enquanto os portugueses desejam mais descentralização.

Declaramos com gosto a nossa diferença e assumimos com coerência a visão descentralizadora que tivemos e que temos.

Felizmente não somos iguais e felizmente a nossa visão do Estado é a da maioria dos portugueses, que são contra o Estado dominador, centralista, ineficaz e caduco do qual o PS, com a sua maioria absoluta, não quer abrir mão.

Com esta atitude o Governo é o passado que está presente e quem, como nós, está contra, é o futuro inevitável que aí vem. Ao defender a velha visão do Estado o PS demonstra que está velho; e nós queremos um Estado moderno.

E como o Governo está isolado, a nossa visão de um Estado moderno e descentralizado acabará por se impor.

Intervenção sobre a definição das regras para as nomeações dos altos cargos da Administração Pública

Deputado Luís Montenegro

Assembleia da República, 23 de Junho de 2005



(...)

O Governo, em particular, pretende concretizar o princípio que definiu no seu Programa, segundo o qual era sua intenção – e cito – “acordar, a nível parlamentar, a definição dos cargos dirigentes de nomeação e sua vinculação ou autonomia em relação às mudanças eleitorais” – fim de citação.

A ideia era dotar os processos de transição dos executivos, de maior transparência e objectividade, fixando os cargos cujo exercício, por lei, cessava com a mudança de Governo.

Tendo por base esse desiderato e assumindo nós, PSD, que tais processos de transição no passado, mesmo os da nossa responsabilidade, não foram exemplares – assumimo-lo de forma clara – colocámo-nos numa posição de abertura e disponibilidade para se alcançar o referido acordo parlamentar.

Sucedeu porém, que uma vez mais o Governo e a maioria do Partido Socialista que o apoia, quiseram usar a disponibilidade da oposição para encenar uma manobra de diversão que distraísse

o país, a opinião pública, para, no entanto, na prática governativa fazer exactamente o contrário do que anunciaram.

Senão vejamos.

Em primeiro lugar, o PSD definiu no seu último Congresso Nacional, que elegeu um novo líder e sufragou a sua estratégia política, o objectivo de construir um entendimento nacional em áreas essenciais, **quais sejam a Justiça, a reforma do Estado e as finanças públicas.**

(...)

O PSD e o seu líder quiseram privilegiar a prossecução do interesse nacional, estabilizando políticas chave, fulcrais para o nosso desenvolvimento, em detrimento do imediatismo efémero da luta partidária.

A esta postura e a esta disponibilidade o Senhor Primeiro-Ministro e a sua maioria absoluta responderam irresponsavelmente NÃO. **“Temos maioria, não queremos!”**

Em segundo lugar, o país assistiu, desde o dia 12 de Março

de 2005 até ao dia de hoje, a um Governo e a um Partido Socialista, que dizem uma coisa e fazem descaradamente o seu contrário.

De facto, o Governo e o PS anunciaram que esperariam a aprovação na AR da nova lei para em conformidade com ela, procederem às nomeações para altos cargos da Administração.

Mas, objectivamente, não conseguiram sustentar o apetite clientelar e são já mais de mil as nomeações até ao dia em que aqui discutimos na generalidade esta proposta de lei. Alegam, quase anedoticamente, que é uma “situação normal” e que se tratam de nomeações “estritamente políticas”!

A questão é qualitativamente relevante porquanto ao invés de limitar, o comportamento do Governo denota, incoerentemente, uma excessiva generalização dos cargos considerados de confiança política.

A questão é quantitativamente relevante na medida em que uma grande parte das nomeações, cerca de duzentas, respeita a cargos de direcção superior de 1º grau (40), de direcção superior de 2º grau (70) e cargos intermédios (83).

(...)

Como tem dito abundantemente o Senhor Primeiro-Ministro, cabe aos agentes políticos darem o

exemplo.

É verdade que o Senhor Primeiro-Ministro o diz. Mas é ainda mais verdade, é uma evidência, que o Senhor Primeiro-Ministro não faz aquilo que diz!

(...)

Em terceiro lugar, a proposta de lei do Governo que, reitero, nasceu da intenção geral de dotar de mais transparência as nomeações de altos cargos dirigentes da Administração Pública, em períodos de transição da força política dominante no Governo, resvalou, intencionalmente, para uma tentativa de fazer implodir os princípios e alcance da reforma empreendida em Janeiro de 2004 no Estatuto do Pessoal Dirigente.

(...)

O caminho não passa por atacar os servidores do Estado, nem passa pela excessiva politização dos cargos dirigentes.

O caminho passa por aproveitar as capacidades existentes, potenciá-las e capitalizá-las, num ambiente de exigência e maior produtividade, para reflectir a sua acção na prestação de melhores serviços aos cidadãos.

O caminho do Governo é errado e como tal é, pelo Grupo Parlamentar do PSD, reprovado e denunciado.

(...)

Observatório

Destruição e ressurgimento

A crise que assim se abriu é também, ela própria, geradora de destruição de capital social e público, neste caso europeu.

Mário Patinha Antão, Diário de Notícias, 21/06/2005

Para compreender o essencial

Não se pode reduzir a despesa pública se não se diminuir o peso total da máquina estadual, pois este é o factor que mais tem impedido o desenvolvimento harmonioso de Portugal.

José Matos Correia, Diário de Notícias, 22/06/2005

A Queda do Governo

Sócrates passou pelas afirmações de Manuela como gato sobre brasas e não foi capaz de refutar uma única.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 22/06/2005



Intervenção sobre a limitação da renovação sucessiva de mandatos dos titulares de cargos políticos de natureza executiva.

Deputado António Montalvão Machado
Assembleia da República, 22 de Junho de 2005



(...)

O Plenário da Assembleia da República discute hoje um tema caríssimo ao Partido Social-Democrata, qual seja o da limitação da renovação sucessiva de mandatos dos titulares de cargos políticos de natureza executiva.

Deve realçar-se que o **Partido Social-Democrata defendeu sempre a consagração constitucional de tal princípio...**, saudável para um regime verdadeiramente democrático e adequado a uma renovação política a todos os títulos desejável.

Foi assim logo no início da década de 90, com um texto aprovado na Assembleia da República e, depois, vetado pelo Presidente da República.

Foi assim na revisão constitucional de 1997 e foi assim na revisão constitucional de 2001.

Nessas alturas, lembre-se, o Partido Socialista esteve sempre contra..., nessa visão sistematicamente velha, caduca e estática que tem da política.

Na revisão de 2004, de novo o Partido Social Democrata fez constar das suas propostas o princípio da limitação do número de mandatos... e finalmente "mais vale tarde do que nunca "..., o Partido Socialista aderiu, consagrando-se então o princípio no art. 118º.2 da Constituição.

(...)

Com efeito, altera-se tudo.

Agora, separam-se as coisas: " Já não parece importante para o PS a reforma da lei eleitoral autárquica...

Agora, a lei já pode e já deve produzir efeitos retroactivos.

Mas, onde é que está a solidez..., a reflexão... e a coerência desta reviravolta socialista..., que muda..., de um momento para o outro, numa matéria tão importante como esta?

Mas, afinal " E COM TODO O RIGOR SE DIZ "para que é que, na última revisão, se aditou o texto do actual n.º 2 do art. 118º ?

Para que é que se fez afinal, a própria revisão, pois que esta foi uma das alterações mais significativas?

(...)

O Partido Social Democrata só aceita discutir esta questão de forma séria..., responsável... e digna.

(...)

O PSD, ...de há muito..., defende a limitação de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais.

O PS, pelos vistos, agora..., também.

O que é importante é encontrarmos este denominador comum.

Face à proximidade do próximo acto eleitoral, essa lei é que importa, com toda a urgência, aprovar.

Essa é que é a verdadeira prioridade.

O PSD está disposto a sentar-se, imediatamente..., à mesa das negociações, para que a lei eleitoral autárquica limite o número de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais... possa ser aprovada... e "E ISSO É QUE IMPORTA" aplicada já ao próximo acto eleitoral.

Daí que o PSD proponha ao PS (e às outras forças políticas, naturalmente), resolver, para já, essa questão..., conferindo-lhe absoluta prioridade.

Se o Governo e a maioria que o sustenta persistirem em discutir tudo já..., o que bem pode suceder é que, até às eleições autárquicas de Outubro próximo, nada esteja aprovado..., e então, aí desconfia-se sobre aquilo que o PS verdadeiramente quer: "se é tudo (como aparenta) ou, afinal..., nada (como assim se demonstrará).

Portanto, nós colocamos a questão com toda a seriedade... e a questão é esta:

"o Partido Socialista está ou não está disponível para alterar a Lei Autárquica..., já..., de modo a que ela se aplique... também já... nas próximas Eleições Autárquicas?

Proximamente, não há eleições regionais..., proximamente, não há eleições legislativas... e, por isso, em face da graduação de prioridades, o PS está ou não disposto a separar as questões:

" Agora, debatemos e aproximamos relativamente às autarquias; A seguir, debatemos as outras propostas.

Por nós, estamos prontos para trabalhar já..., **para que a lei autárquica limite o número de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais..., entre já em vigor... e se aplique já nas próximas eleições.**

Ficamos, pois, a aguardar resposta a esta sugestão... e a esta nossa disponibilidade.

O Partido Social Democrata está, com toda a seriedade e sentido de responsabilidade, a colocar uma questão de primordial importância e está certo **da sua coerência..., de evolução democrática que perfilha..., e da urgência que ela tem para o funcionamento do poder local democrático.**

(...)

Agenda

Quarta-Feira, dia 29 de Junho de 2005-15:00h

Agendamento Potestativo, **requerido pelo PCP**

Projecto de Lei n.º 23/X (PCP)

(Suspende a vigência das disposições do Código do Trabalho e da sua regulamentação relativas à sobrevivência das convenções colectivas de trabalho)

Quinta-Feira, dia 30 de Junho de 2005-15:00h

Proposta de Lei n.º 13/X (GOV)

(Procede à quarta alteração ao regime jurídico do cheque sem provisão)

Proposta de Lei n.º 18/X (GOV)

(Altera o regime relativo a pensões e subvenções dos titulares de cargos políticos e o regime remuneratório dos titulares de cargos executivos das autarquias locais)

Votações

Sexta-Feira, dia 01 de Julho de 2005-10:00h

Discussão conjunta:

Proposta de Lei n.º 22/X (GOV)

Projecto de Lei n.º 51/X (GOV)

Projecto de Lei n.º 104/X(CDS-PP)

Projecto de Lei n.º 119/X(PCP)

(Lei-Quadro da Água)

Proposta de Lei n.º 19/X (GOV)

(Titularidade dos recursos hídricos)



PE discute resultados do último Conselho Europeu

Assunção Esteves:

“o caminho faz-se caminhando”



A Deputada do PSD **Assunção Esteves** afirmou em Bruxelas, que “*este tempo presente do projecto europeu, marcado por incertezas e inquietações, é também o tempo que nos empurra para o futuro. É por se ter tornado ambiciosa que a Europa se repensa e questiona.*”

Foi por ambicionar um sistema de justiça inclusivo e integrador, capaz de alastrar ao mundo um sentido essencial de humanidade, que a Europa construiu um projecto de Constituição. E foi por esse projecto que a Europa saiu da clausura dos gabinetes para as nossas ruas e os nossos bairros. Temos que admitir que o debate sobre a Constituição europeia marca o momento de maior democratização na história da Europa.

No debate, no Plenário do Parlamento Europeu, sobre os resultados do último Conselho Europeu, Assunção Esteves sublinhou que “*a Europa está à procura de um espaço público marcado na transparência e confiança.*”

Para a Deputada social-democrata, “*não há meio termo para esta odisseia. A Europa não pode por dever de justiça desistir deste designio de partilha política. Também porque a Europa não pode pensar-se só por si mesma. Sem uma Europa integrada não há modelo de Europa. Sem modelo de Europa não há cruzada de dignidade pelo mundo.*”

A integração política é o meio necessário para a eficácia dos processos de decisão, a consolidação do nosso sistema de valores, e a Europa a uma só voz.

Assunção Esteves defendeu que “*nos próximos tempos é essencial: o protagonismo e a visibilidade do Parlamento Europeu; o trabalho em rede com os Parlamentos nacionais; o activismo dos partidos políticos, dos poderes locais e das associações de cidadãos; e também a mobilização dos media.*”

Existe aqui, acrescentou a Deputada, uma responsabilidade indeclinável das instituições europeias pois que o debate europeu não é uma mera soma de debates nacionais. A Constituição é este processo de busca de um consenso numa ordem aberta e fragmentária. A Constituição convoca a nossa responsabilidade pela tomada de consciência de um interesse comum.

Assunção Esteves afirmou que há, assim, “*temas incontornáveis: o alargamento e a governabilidade; o modelo de financiamento da União Europeia; o sistema de tomada de decisão e a subsidiariedade; a integração e o pluralismo social, económico e político; a Constituição dirigente ou a Constituição como ordem-quadro.*”

O caminho faz-se caminhando.

Código de fronteiras: Carlos Coelho alerta para possíveis derivas

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** manifestou em Bruxelas, o seu regozijo pela “*aplicação do processo de co-decisão em relação às propostas da Comissão Europeia relativas ao regime de passagem das fronteiras e com o facto do Tribunal de Justiça passar a pronunciar-se sobre as matérias relativas ao código de fronteiras e, designadamente, no que se refere à reintrodução de controlos nas fronteiras internas.*”

Carlos Coelho sublinhou que “*uma das maiores conquistas da integração europeia é poder circular sem estar sujeito a controlos fronteiriços internos. Logo, estes só poderão ser reintroduzidos excepcional e temporariamente. Sem pôr em causa a realização de controlos policiais que podem ocorrer em todo o território.*”

Por outro lado, acrescentou, as fronteiras externas deverão constituir um filtro eficaz que evite a entrada de pessoas que constituam uma ameaça à nossa sociedade, salvaguardando, porém, a fluidez da circulação. O controlo fronteiriço deve ser efectivo e eficaz, os EM deverão possuir os recursos humanos e financeiros necessários para tal, ao mesmo tempo que deverá existir um respeito absoluto dos direitos fundamentais, na aplicação desses controlos.

Carlos Coelho apoiou, assim “*a comunitarização da gestão das fronteiras externas, de modo a assegurar que os controlos sejam efectuados de acordo com as mesmas normas e definidas as mesmas condições de entrada para nacionais de países terceiros.*”

Conflito do Darfur: Carlos Coelho apoia medidas restritivas adicionais

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** apoiou em Bruxelas, a tomada de **medidas restritivas contra os que entravam o processo de paz** e violam o direito internacional na região do **Darfur**, no Sudão.

Carlos Coelho justificou o seu apoio, “*face à violação do acordo de cessar-fogo, assinado em N’Djamena, em 8 de Abril de 2004.*”

Para Carlos Coelho, através da presente proposta do Parlamento Europeu, na sequência da Resolução 1591/2005 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pretende-se impor “*medidas restritivas adicionais contra o Sudão, nomeadamente:*

- o **congelamento dos fundos** e recursos económicos das pessoas que entravam o processo de paz

- e **evitar a entrada ou passagem** em trânsito, no território dos Estados Membros, de pessoas que possam constituir uma ameaça para a estabilidade dessa região”.

Carlos Coelho defendeu que “*não podemos permitir que continue a existir uma violação dos direitos humanos, bem como do direito humanitário internacional, e que se continuem a cometer todo o tipo de atrocidades. É essencial, disse, que tomemos todas as medidas que estão ao nosso alcance, no sentido de se tentar restabelecer a paz no Darfour.*”

O Deputado social-democrata defende, no entanto, “*que deve ser dada uma atenção muito especial a situações urgentes de excepção, por razões humanitárias.*”

Política de imigração na União: Carlos Coelho defende quadro jurídico comum



O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu, em Estrasburgo, que “é necessário criar um quadro jurídico comum e reforçar as políticas de integração, definindo princípios comuns básicos em matéria de integração dos imigrantes legais, porque a admissão de migrantes económicos constitui a pedra angular de qualquer política de imigração”.

A propósito do debate no Parlamento Europeu das relações entre imigração legal e ilegal, Carlos Coelho defendeu que a política de imigração da União Europeia deverá passar por “3 eixos fundamentais:

- a promoção da imigração legal, numa abordagem global e horizontal, adaptada às possibilidades reais de cada Estado Membro, dando especial relevo às parcerias com os países de origem e de trânsito, nomeadamente através de campanhas de informação

- a integração efectiva dos imigrantes, com políticas de acolhimento e de integração, que deverão ter em conta as especificidades próprias e os laços histórico-culturais de cada Estado Membro. Deverão ser definidos um conjunto de direitos comuns a todos os migrantes na União Europeia, mas tendo presente que a excessiva ‘generosidade’ na concessão de outros direitos pode traduzir-se em maior rejeição e ser semente de indesejáveis reacções xenófobas (como por exemplo a concessão do direito de voto).

- o combate firme à imigração ilegal - tentando travar, se possível na sua origem, a imigração clandestina e problemas conexos como a exploração económica dos migrantes, ao mesmo tempo que se devem prevenir e punir todas as formas de tráfico de seres humanos

Duarte Freitas propõe alterações ao sistema de teledetecção nas Pescas



O Deputado Europeu do PSD **Duarte Freitas** apresentou um conjunto de alterações à proposta da Comissão Europeia relativa “*ao registo e transmissão electrónica de dados sobre as actividades de pesca e sistemas de teledetecção*”.

Apesar de considerar positivo o trabalho desenvolvido pelo relator do Parlamento Europeu, Duarte Freitas entende que “*é necessário salvaguardar alguns pontos fundamentais deste relatório que se prendem com aspectos mais técnicos relativos a esta questão*”.

Duarte Freitas chamou a atenção para o facto das mensagens VMS (Vessel Detection System) em Portugal serem actualmente custeadas pelo Estado português o que suscita algumas dúvidas relativamente à forma como serão pagas no futuro estas mensagens, com o regime de obrigatoriedade em embarcações com mais de 15 metros.

Duarte Freitas afirmou que “*a Comissão Europeia deverá clarificar se pretende financiar ou co-financiar a obrigatoriedade do sistema VMS*”

Outra das propostas de alteração apresentadas pelo Deputado Europeu refere ainda que o sistema VDS não deverá ser obrigatório em todos os Estados Membros, devendo ser opção para cada um.

Duarte Freitas sustentou a sua posição dizendo que “*o projecto-piloto IMPAST, levado a cabo no nosso país, mostrou claramente que este sistema seria inviável em Portugal uma vez que, para além de muito oneroso, não se enquadra com a realidade portuguesa*”. Duarte Freitas lembrou ainda que “*este sistema não permite identificar embarcações de madeira nem discernir entre uma embarcação de pesca e um barco de marinha mercante, o que constitui um problema já que a grande maioria da nossa frota é constituída por barcos de madeira e a nossa costa é atravessada por inúmeros navios de carga*”

Duarte Freitas mostrou-se confiante quanto ao desfecho deste relatório, estando convencido que o relatório final irá “*salvaguardar os interesses nacionais*”.



Têxteis: Silva Peneda questiona a Comissão Europeia sobre o acordo com a China



O Deputado do PSD **José Silva Peneda** interrogou a Comissão Europeia sobre o acordo assinado no passado dia 10 de Junho com as autoridades chinesas relativo ao crescimento das importações de têxteis chineses pelo mercado europeu.

Silva Peneda refere que “segundo este acordo, as exportações chinesas para a União Europeia aumentariam anualmente entre 8 e 12,5%, conforme os produtos. Assim, para 2005, o crescimento ao situar-se nestas percentagens deveria ter tido em conta os montantes acordados em 2004.

Contudo, acrescenta o Deputado social-democrata, verifica-se que os valores de base respeitantes a 2004 não foram os acordados, mas sim os valores das importações efectivamente realizadas, o que representa um desvio de 49% a 318% entre os valores acordados e os verificados. A Comissão Europeia acaba assim por amnistiar as ultrapassagens verificadas em 2004, premiando o incumprimento dos faltosos”.

Por outro lado, Silva Peneda sublinha que “atendendo à monitorização que vem sendo efectuada, os valores são muito preocupantes. Com base nos dados de 22 de Junho de 2005, os montantes acordados para todo o ano de 2005 já foram largamente ultrapassados nalgumas categorias e em montantes muito significativos”.

É neste contexto que Silva Peneda pergunta à Comissão Europeia se confirma este seu entendimento que, “a ser verdadeiro, desmente por completo que os valores do aumento das importações de produtos têxteis de 2005 não ultrapassariam as percentagens entre 8% e 12,5%, tais como anunciadas pela Comissão Europeia”.

Relativamente às medidas a adoptar, Silva Peneda pretende saber, “perante a constatação de que a meio do ano 2005 se verifica que os montantes efectivamente realizados já ultrapassam em praticamente todas as categorias os valores acordados para o ano inteiro, que medidas entende a Comissão Europeia vir a adoptar, em tempo oportuno, para que os valores acordados venham a ser respeitados”.

Silva Peneda defende que revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento deveria ter ido mais longe

O Deputado do PSD José Silva Peneda, referindo-se à revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, realizada no passado mês de Março pelo Conselho de Ministros da União Europeia, considerou que, com esta reforma “pretendia-se tornar o PEC num instrumento mais flexível e racional. Optou-se por valorizar mais o ‘C’ de crescimento do que o ‘E’ de estabilidade, tendo em conta a recessão económica que a UE atravessa. O PEC ficou assim mais politizado”.

Silva Peneda considera, no entanto, que esta revisão ficou aquém do expectável e por vários motivos, dos quais destacou dois.

“Primeiro, a reforma só foi necessária porque alguns Estados-Membros decidiram, deliberadamente ou não, desrespeitar as suas regras. Mais grave ainda, a UE fixou regras que além de não serem aplicadas, deram lugar a um processo de sanção leviano e viciado.

Os Estados-Membros são simultaneamente faltosos e juizes do mesmo processo. Assim, preferem suspender a aplicação do PEC que impor sanções a um dos seus pares. A Comissão, responsável pela fiscalização, deve dispor de poderes para a aplicação de sanções em caso de incumprimento.

Segundo, qualquer sanção deve desempenhar um papel dissuasor e não só meramente punitivo. Aplicar uma multa financeira por incumprimento do PEC a um Estado-Membro com dificuldades orçamentais acaba por ser contraproducente. Outras sanções deveriam ser privilegiadas como a suspensão do direito de voto no ECOFIN”.

Silva Peneda defende apoios à indústria europeia

O Deputado do PSD, José Silva Peneda defendeu, em Estrasburgo, que a União Europeia “deve assumir sem tibiezas uma política coerente e voluntarista em prol da sua indústria, que seja capaz de, em simultâneo, antecipar as transformações estruturais e desenvolver uma base industrial sólida e competitiva.

A indústria europeia, acrescentou, não dispõe de alternativa senão desmarcar-se dos concorrentes ao apostar nas suas mais-valias, tais como o seu potencial humano, a sua capacidade de inovação e o seu tecido empresarial de PME”.

Silva Peneda considerou, contudo, que “este apoio à política industrial implica um desenvolvimento equilibrado que preserve a coesão social. O impacto regional das recentes deslocalizações não pode ser negligenciado. Os fundos estruturais, nomeadamente o Fundo Social Europeu poderiam ser orientados para o apoio à reconversão socio-económica e industrial das regiões mais afectadas. Uma solução passaria pelo enraizamento duradouro da actividade industrial numa região através do apoio à criação de sinergias regionais entre empresas, universidades e centros de investigação”.

Referindo que “a indústria europeia atravessa um momento de transformações estruturais por razões internacionais, mas sobretudo por razões próprias”, Silva Peneda salientou que “com excepção da fase inicial do carvão e do aço, a União Europeia andou de costas voltadas para a sua indústria, apesar de ser fonte de empregos, de crescimento económico, de actividade de serviços, de aptidões e conhecimentos que uma economia desenvolvida não pode subestimar”.



Victor Cruz recebe Associações de Pais das Escolas Canto da Maia, Carvão/Vitória, Livramento e São Roque



Teve lugar na delegação da Assembleia Regional em São Miguel, uma audiência do Presidente do PSD/Açores, acompanhado dos deputados do Grupo Parlamentar, a pedido das Associações de Pais das escolas B1/JI do Livramento (do Carmo à Igreja, B1/JI do Livramento Padre Domingos da Costa, B1/JI de São Roque (Canada das Maricas), B1/JI de São Roque (Poço Velho), Escola Canto da Maia, Escola de Santa Clara e Escola da Vitória.

Em análise estiveram as reivindicações apresentadas pelas Associações de Pais, nomeadamente a integração dos alunos das freguesias de São Roque e do Livramento na Escola B/I Roberto Ivens, apresentando esta proposta como solução para descongestionar a situação que vive a Escola Canto da Maia, dado que esta escola poderia, assim, resolver alguns dos seus problemas internos, como é o caso da recepção dos cerca de 100 alunos da Escola do Carvão (que, neste momento já se encontram deslocados na instituição Seara do Trigo) e também o da falta de segurança gerada pelo elevado número de alunos.

Além disso, a proposta apresentada permitiria também resolver a situação de desdobramento em que funcionam as aulas da Escola da Vitória, situação classificada como anti-pedagógica e altamente penalizante para alunos e encarregados de educação. Eliminada a situação de desdobramento, os alunos desta escola poderiam beneficiar, num horário regular, das aulas de Inglês, previstas no novo plano curricular.

Outra das reivindicações das Associações de Pais prende-se com a adequação do funcionamento dos transportes aos horários escolares, visto só haver transporte assegurado às 08:30 para a Escola Canto da Maia e de regresso às 13:30.

As Associações de Pais manifestaram assim o seu descontentamento face ao adiar constante de uma decisão que permita resolver estas questões. Visto que o final do ano lectivo se aproxima, que os pais e encarregados de educação dos alunos do 4º ano de escolaridade de S.Roque e Livramento continuam sem saber para onde irão os seus filhos no próximo ano lectivo, que os alunos

da escola da Vitória terão de continuar em desdobramento total (se os alunos de S.Roque e Livramento não integrarem as escola Roberto Ivens), que a escola Canto da Maia não tem capacidade para receber todos estes alunos, as Associações de Pais declararam já ter solicitado uma resposta ao Sr. Secretário da Educação até quarta-feira próxima, 29 de Junho.

O líder do PSD/Açores

O Presidente do PSD, Victor Cruz valorizou a capacidade de iniciativa e de consenso manifestada pelas Associações de Pais presentes. Destacou, criticamente, a falta de diálogo do Governo e a capacidade de decisão para resolver, com urgência, esta indefinição quanto à

matrícula dos alunos do Livramento e de S.Roque.

O PSD aguarda, durante o dia de hoje, uma posição do Governo, sem a qual então tomará novas medidas políticas a reclamar uma decisão que resolva a problemática em que estão envolvidos aqueles alunos.

Se os alunos do Livramento e de S.Roque têm legalmente a sua colocação prevista para a escola Roberto Ivens, então aplique-se a lei. Se não for assim, tem de haver uma explicação excepcional para não cumprir as orientações legais e encontrar alternativa.

No entanto, o Governo ainda não explicou coisa alguma aos pais. O silêncio do Governo é inaceitável e impõe-se, com urgência, uma decisão política. – PSD/Açores

Educação: O PSD desafia o Governo Regional a assumir posições

Victor Cruz, líder do PSD/Açores, recebeu a Associação Sindical dos Professores Licenciados.

Em análise estiveram as várias medidas anunciadas pelo Governo da República em matéria de Educação.

Os representantes sindicais daquela associação manifestaram diversas críticas às reformas precipitadas deste Governo, que deliberadamente ataca o prestígio e a dignidade dos professores.

A Associação Sindical critica a falta de diálogo social, assumindo que este seria agora uma exigência quando o Governo toma medidas que não anunciou aos eleitores.

A Ministra da Educação caiu no ridículo com as suas reacções à decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada. A Ministra mostrou desconhecimento e incompetência, nas suas reacções, não respeitando a independência dos Tribunais. A Ministra da Educação revela assim que não está preparada para ser impulsora da reforma da educação, nem para promover a concertação social à volta destas medidas de ruptura.

O PS enganou, na campanha eleitoral, os Portugueses. Prometeu uma coisa e faz agora o seu contrário.

Victor Cruz disse mesmo que: “As eleições legislativas nacionais foram, por causa do PS, uma grande mentira”.

O PS que acusava os governos anteriores de obsessão pelo défice, criticando duramente a austeridade praticada por aqueles governos, não prometeu, nem anunciou, na campanha eleitoral, quase nada do que agora o Governo socialista quer impor, com o autoritarismo de uma maioria musculada.

Victor Cruz disse ainda que: “É preciso proteger os açorianos deste Governo da República” e desafiou o Governo Regional a esclarecer as declarações do Secretário Regional da Educação e Ciência, ao dizer que estava disponível para não aplicar na Região as medidas adoptadas em território nacional.

Notícias de Sintra

Pendão inaugurou novo espaço de Tempos Livres para crianças



No Pendão, na semana passada, foi inaugurado um edifício de três pisos, cujo funcionamento será totalmente dedicado às crianças.

Trata-se de um espaço que foi criado na EB 1 N.º 3 de Queluz – Pendão, que se destinará à vertente de Atelier de Tempos Livres (ATL) e que, a partir do próximo ano lectivo, acolherá 120 crianças, entre os seis e os 11 anos (dos primeiros quatro anos de escolaridade).

Durante a inauguração do edifício, as crianças foram protagonistas. As horas estiveram a cargo do Alexandre, de 7 anos, da Irina, de 6 e da Leonor, de 9, que, substituindo o Presidente da Câmara, descerraram a placa comemorativa.

Logo de seguida, Fernando Seara, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, presente na cerimónia, fez questão de pôr as crianças a cumprimentarem todos os presentes, como verdadeiros autarcas.

Durante a sua intervenção, Fernando Seara, dirigindo-se à multidão de pequenos munícipes ali presentes, disse que “se há investimento que vale a pena é, sem dúvida, na Educação. Vocês têm aqui um equipamento de excelência, agora cabe-lhes cuidar bem dele e protegerem-no”.

Alice Fonseca da Silva, presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Queluz, congratulou-se com as novas instalações e teceu elogios à autarquia sintrense, referindo que tem merecido um bom acompanhamento ao longo dos últimos quatro anos, tanto pela Câmara como pela EDUCA - Empresa Municipal de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.M..

O vereador Marco Almeida, com o pelouro da Educação, fez questão de salientar o facto da Câmara de Sintra ser a única no país a construir edifícios de raiz destinados especificamente a ATL.

O edifício hoje inaugurado está dotado de todas as condições espaciais essenciais a um bom funcionamento e com maior comodidade. Constituído por três pisos, reúne, no piso 0, uma arrecadação geral, uma sala para a associação de pais e duas instalações sanitárias, uma para o pessoal e outra para deficientes. Subindo ao primeiro piso, encontramos um polivalente, uma sala de arrumos e balneários (masculino e feminino). No último piso, situam-se as duas salas de ATL, uma sala de expressão plástica, duas

salas de arrumos e instalações sanitárias femininas, masculinas e para deficientes.

Com a criação deste novo espaço, a EB 1 N.º 3 de Queluz – Pendão - que actualmente reúne num mesmo edifício as vertentes de Escola Básica do 1º Ciclo (EB 1), Jardim-de-Infância (JI) e Atelier de Tempos Livres (ATL) -, vê libertado espaço no “edifício mãe” (que será utilizado para JI), passando a poder prestar um serviço melhor aos alunos que a frequentam.

Refira-se ainda que, a obra de ampliação da EB 1 N.º 3 de Queluz – Pendão foi realizada pela EDUCA, que tem como principal atribuição a gestão e manutenção dos equipamentos educativos públicos no Concelho de Sintra.

O respectivo financiamento, que ascendeu aos 378.471,74 €, ficou a cargo da Câmara Municipal de Sintra.

A EB 1 N.º 3 de Queluz – Pendão está localizada Largo Alto dos Moinho, no Pendão.

Massamá continua a demonstrar o seu dinamismo

Arrancaram obras do novo Centro de Saúde

Uma das mais densamente povoadas freguesias do Concelho de Sintra vai ter o seu primeiro Centro de Saúde. As obras de construção desta unidade de saúde - que vai servir 32 mil utentes - já arrancaram e receberam há dias a visita de Fernando Seara.

Muito ambicionado pela população, o Centro de Saúde de Massamá vem satisfazer as necessidades básicas de cuidados

médicos primários, numa freguesia que tem vindo a registar, na última década, um crescimento bastante acentuado.

“Há quase seis anos que estávamos nesta luta. A construção deste Centro é muito importante para a população de Massamá que actualmente tem de recorrer ao Centro de Saúde de Queluz”, afirmou Clara Pais, Directora do Centro de Saúde de Queluz (e que irá ficar à frente da unidade de Massamá), que participou nesta visita técnica às obras.

Fernando Seara recordou o esforço financeiro que esta obra está a exigir à autarquia sintrense, mas salientou o “benefício claro que irá trazer para a população”. Saliente-se que a obra, orçada em 4 milhões de euros, está a ser financiada pela Câmara de Sintra que, mais tarde, será ressarcida pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

O projecto de arquitectura do Centro de Saúde de Massamá tem uma área de construção de 5.000 metros quadrados, distribuídos por três pisos, aos quais acrescem uma garagem e uma cave.

Está prevista a construção de 16 gabinetes de consulta, quatro gabinetes de enfermagem, quatro salas de tratamento, uma sala de vacinação, salas de espera, instalações sanitárias adaptadas para deficientes, uma zona de higiene para bebés, rouparia e arrecadações.

A obra, adjudicada em reunião de Câmara, em finais de Dezembro do ano passado, deverá ficar concluída em Junho de 2006.

O Centro de Saúde de Massamá ficará localizado no gaveto entre a Rua Teixeira de Pascoais e a Rua Colégio Almeida Garrett, em Massamá. – **Fonte:CM Sintra**





Notícias de Cascais

Vela Adaptada: Protocolo visa a inclusão das pessoas com deficiência

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António Capucho, assinou um protocolo de Cooperação com o Clube Naval de Cascais e a CERCICA, para a implementação do Projecto “Vela Adaptada - Vela sem Limites”.

O Projecto “Vela Adaptada - Vela sem Limites” visa proporcionar a prática da modalidade de Vela exclusivamente a pessoas com deficiência. Vai permitir não só integrar as pessoas com deficiência, como facilitar a compreensão da deficiência pela comunidade em geral.

Através de uma parceria entre a Câmara, o Clube Naval de Cascais e a CERCICA, este protocolo facilita o uso gratuito dos equipamentos disponíveis por parte dos participantes. Esta utilização será gerida com os seguintes parâmetros:

1ª fase - instituições concelhias que desenvolvem a sua intervenção junto de pessoas com deficiência;

2ª fase - instituições extra concelhias que desenvolvem a sua intervenção junto de pessoas com deficiência;

3ª fase - pessoas com deficiência a título particular, residentes ou não no concelho.

Este projecto constitui mais um passo no processo de inclusão e de igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência do Concelho de Cascais, não esquecendo que este desporto é uma mais valia reconhecida a nível lúdico e terapêutico.



Cursos Internacionais de Verão - Cascais 2005



A Sessão de Abertura da XII Edição dos Cursos Internacionais de Verão de Cascais, teve lugar na segunda-feira, no Auditório do Centro Cultural de Cascais.

Esta Sessão contou com a participação do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, do Reitor da Universidade de Lisboa, José Barata-Moura, do Director dos Cursos Internacionais de Verão de Cascais, José Tengarrinha, da Coordenadora do Tema 1 “A Democracia Europeia”, Teresa de Sousa, e do Presidente da Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus da Assembleia da Republica, António Vitorino.

Dirigidos pelo historiador José Tengarrinha desde 1994, estes cursos são uma organização conjunta da Câmara Municipal de Cascais e do Instituto de Cultura e Estudos Sociais, com o apoio científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o patrocínio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Acompanhando ao longo dos anos os temas candentes da actualidade e as tendências das várias áreas do conhecimento, a programação dos Cursos foi evoluindo e diversificando-se, tentando sempre corresponder às naturais exigências do cidadão participante no que concerne à inteligibilidade do mundo que o rodeia.

A programação de 2005 assenta, uma vez mais, em quatro Cursos principais:

1) A Democracia Europeia

Coordenação: Teresa de Sousa - Redactora principal do jornal Público, onde é responsável pelos Assuntos Europeus. Trabalhou como jornalista no Jornal Novo, na RDP e no Semanário Expresso.

2) Património Cultural: classificação, intervenção, manutenção

Coordenação: CICOP-Portugal

3) Comunicação e Poder Económico

Coordenação: Mário Mesquita - Escola Superior de Comunicação Social (IPL) e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

4) Fundamentalismos Religiosos e Convivência de Culturas

Coordenação de António Dias Farinha e Guilherme d'Oliveira Martins.

António Dias Farinha é Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Director do Instituto de Estudos Árabes e especialista em temas de História do Islão.

Guilherme d'Oliveira Martins é Mestre em Direito, Presidente do Centro Nacional de Cultura e Deputado à Assembleia da República.

Os Cursos em Cascais

A escolha da realização dos Cursos em Cascais foi motivada pelo desejo de descentralização do acesso ao saber e visou capitalizar a existência de um cenário atractivo e acolhedor para a motivação do público. Para o concelho de Cascais, a valorização da actividade cultural dentro de portas tem contribuído positivamente para a identidade de um concelho que se tem distinguido no plano cultural.

Por outro lado, a existência de uma tradição de acolhimento de reuniões científicas de diversa natureza e de apoio à investigação colocam desde o passado o concelho de Cascais na rota do saber a nível internacional e justificam a aposta renovada nestas matérias, tendo como pano de fundo o desenvolvimento do turismo de natureza cultural. – **Gab.Imp. CMC**





MOSCAVIDE

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moscavide para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 6 de Julho (quarta-feira), pelas 21h00, na nossa sede, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, nº 4 R/c, em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Oiras do PSD, para a Assembleia de Militantes de Secção no dia 2 de Agosto de 2005, na respectiva sede, sita no Largo Avião Lusitânia, nº 15, em Oeiras, às 19h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Militantes de Secção;

Nota:

As listas deverão ser entregues até ao 3º dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, encontrando-se a sede da Secção de Oeiras aberta, para o efeito, naquele dia, entre as 21h30 e as 24h00.

As urnas estarão abertas, para o acto eleitoral, entre as 19h00 e as 23h00.

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes, para reunirem em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Porto de Mós, no dia 9 de Julho de 2005, às 21h30, sita em Santo

António – Porto de Mós (sede Concelhia), com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação dos candidatos às eleições Autárquicas 2005;
3. Análise e discussão da proposta da CPS para o programa de campanha.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes, para reunirem em sessão extraordinária da Assembleia da Secção de Setúbal, no dia 6 de Julho de 2005, às 21h30, na sede da Secção de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 1º esquerdo, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Emissão do parecer sobre as candidaturas do Partido aos órgãos autárquicos de Setúbal;
3. Apresentação, discussão e votação do Programa Eleitoral.



NÚCLEO de SÃO SALVADOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de S. Salvador, para uma reunião a realizar no próximo dia 29 de Julho de 2005 (Sábado), pelas 17h00, na Sede concelhia do PSD/Viseu, com a seguinte: Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo e da Comissão Política de Núcleo.

Notas: a) As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, a possa substituir, na Sede Concelhia do PSD, Rossio, nº 14 – 2.º andar, em Viseu, até às 24h00 do 3.º dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 17h00 às 18h00.

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

TABELA DE ASSINATURAS		BOLETIM DE ASSINATURA	
Continente	Regiões Autónomas	PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 213952140	
6 meses.....16,21€	6 meses.....22,45 €	Nome: _____	
12 meses.....29,93€	12 meses.....38,91 €	Morada: _____	
Apoio.....59,86€		Freguesia: _____	
Estrangeiro	semestral	anual	Cód. Postal: _____ Localidade: _____
Espanha.....	22,45 €	38,91 €	Assinatura: <input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....	29,93 €	64,84 €	Militante nº: _____
Outros Países.....	59,86 €	94,77 €	Junto envio cheque nº: _____
		Segre Vale correio nº: _____	
		Junto numerário no valor de: _____ Assinatura	

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

Comunicado do Conselho Nacional

100 Dias de Governo: Os portugueses foram enganados!

O Conselho Nacional dos TSD hoje reunido para debater a situação económica e social do País, considera que o PS e o Eng. José Sócrates enganaram os portugueses, porque prometeram retomar a confiança do País, governar sem obsessão pelo défice, criar 150 mil novos postos de trabalho, não aumentar impostos, melhorar as condições de vida dos trabalhadores e dignificar a Função Pública, mas em cem dias de governo o que existe é mais instabilidade social e mais desânimo quanto a futuro.

1. Agora já não “há mais vida para além do défice”?

Percebemos que é preciso aumentar a receita e reduzir a despesa, em ordem a que num prazo razoável as contas do Estado adquiram o equilíbrio e a sustentabilidade que o País precisa, o que naturalmente terá de implicar medidas de rigor.

O governo optou por aumentar os combustíveis, o IVA e o IRS, que vão penalizar todos, mas especialmente as classes médias que estão cada vez mais pobres.

Ora, é possível aumentar a receita sem ser através do agravamento dos impostos:

- reduzindo a economia informal;
- combatendo a evasão e a fraude fiscais;
- aplicando portagens às SCUT's.

E também é possível reduzir a despesa, sem necessidade de afrontar e humilhar os trabalhadores da administração pública e cortar de forma cega nos direitos sociais, que o PS no passado defendia e

que agora, despudoradamente, classifica esses mesmos direitos sociais como “privilégios”. Mas como reduzir a despesa?

- reduzindo drasticamente o número de institutos públicos, muitos deles sem qualquer justificação e que apenas servem para ocupar quadros bem remunerados e sem controlo;

- reduzindo e moralizando a criação de empresas municipais, muitas delas criadas sem qualquer racionalidade económica e apenas com o fim de proporcionar lugares de gestores e emprego para as clientelas partidárias locais;

- tapando os “buracos” legais que permitem derrapagens nas obras públicas, que atingem somas impressionantes e que permitem todo o tipo de saque sem ninguém ser responsabilizado;

- moralizando e reduzindo o parque automóvel do Estado e das empresas públicas, onde são gastos milhões, numa ostentação de luxo incompatível com as dificuldades que os portugueses enfrentam;

- mantendo a designação dos organismos do Estado e da Administração Pública, e não alterando-a sempre que há um novo governo ou é empossada uma nova administração de empresa pública, porque isso obriga a substituir o material administrativo anterior e criar um outro novo, com desperdício de centenas de milhares todos os anos.

Sobre estas questões fundamentais para emagrecer o Estado, o governo ainda nada disse. Antes preferiu eleger a Função Pública como alvo das suas políticas anti-sociais, procurando com isso apresentar-se aos olhos do País como um governo corajoso. Mas nada menos verdadeiro.

2. Dignificar a Função Pública

A forma arrogante como o governo trata e humilha os funcionários públicos é injusta e perigosa.

É injusta, porque os funcionários públicos são os últimos culpados pelas ineficiências do Estado, cabendo aos sucessivos governos a primeira responsabilidade. Na Administração Pública há bons e maus profissionais, como em todo o lado.

Cabe ao governo lidar de forma correcta com a Função Pública, sector que inquestionavelmente terá de ser organizado e gerido por critérios de eficiência, competência e mérito.

É perigosa porque o clima de insegurança e de instabilidade social que o governo está a criar, conduz à desmotivação dos trabalhadores e pode dificultar a preparação e o êxito das medidas essenciais que é necessário tomar no sector.

Daí que afirmemos que em vez de ser corajosa, a política do governo face à Função Pública atinge contornos de aventureirismo e mesmo de alguma ligeireza.

A forma demagógica e populista como está a transformar os direitos sociais de ontem, em “privilégios” de hoje, é chocante e intolerável.

Por isso, os TSD reafirmam a sua solidariedade aos trabalhadores da Função Pública e apelam ao governo para tratar com seriedade e dignidade os problemas da Administração Pública, negociar com os sindicatos do sector e debater em sede de

Concertação Social as alterações que propõe.

3. 150 mil novos postos de trabalho

Criar 150 mil novos postos de trabalho foi uma promessa eleitoral forte do PS, que seguramente influenciou muitos eleitores e suas famílias que viviam e vivem angustiadas com o desemprego.

Ora, todos os indicadores apontam para uma continuada subida do desemprego e não se conhecem sinais de novos projectos ou de novos investimentos que promovam o emprego.

Pelo contrário, as medidas fiscais adoptadas pelo governo desencorajam o investimento, dificultam a competitividade das nossas empresas e o próprio governo revela uma confusão que justifica o maior ceticismo quanto a esta promessa.

De facto, o Ministro das Finanças declarou numa Comissão na Assembleia da República, em princípios deste mês, que só em 2009 é que a situação económica do País estaria em condições de criar algum emprego.

Oito dias depois, numa outra Comissão no Parlamento, o mesmo ministro afirmou que até 2009 seriam criados 260 mil novos postos de trabalho.

Consideramos que um “milagre divino” pode permitir a concretização dos números do ministro. Números que não passam de uma miragem e que mostram o descontrolo e a falta de credibilidade do governo nesta matéria.

Por isso, os portugueses têm razões para se interrogar se o governo alguma vez tentou ou é capaz de cumprir aquela promessa eleitoral.

4. Choque Tecnológico – o que é?

Foi uma bandeira emblemática do programa eleitoral socialista. Decorridos estes 100 dias de governo, não se conhecem nenhuns passos no sentido de descodificar o que é o “choque tecnológico” e em que medida vai alavancar a modernização e a competitividade da sociedade portuguesa, e sobretudo contribuir para a criação de emprego, como foi prometido.

Fica-se com a ideia que o próprio governo ainda não sabe como preencher e com que este seu slogan eleitoral.

Sendo certo que, nestes cem dias de governação socialista, de choque tecnológico temos ZERO.

5. Governador do Banco de Portugal e Presidente da República fazem frete ao Governo

Os portugueses assistiram ao empenhamento do Presidente da República e do Governador do Banco de Portugal na defesa das políticas restritivas do governo, facto inédito em especial por parte de Jorge Sampaio, que criticou a severidade das políticas de Manuela Ferreira Leite que, por acaso, eram mais equilibradas do que as do actual governo.

Os TSD acham que, independentemente das razões de solidariedade que tenham para com o governo PS, pelas funções que ambos desempenham deviam ser mais contidos nas suas afirmações públicas.

O Governador do Banco de Portugal não deve usar a credibilidade técnica da sua função para branquear as medidas do governo e não é o melhor exemplo para pedir mais apertos e sacrifícios aos portugueses, quando no Banco Central auto-estabeleceu um regime de privilégios para todos os administradores que raíam a imoralidade e ridicularizam o estatuto remuneratório de todos os titulares de cargos públicos, a começar pelo Presidente da República e pelo Primeiro Ministro de Portugal.

Não há conhecimento que o Banco de Portugal, neste momento de crise, tenha decidido rever esses privilégios de que gozam os seus actuais e passados administradores. É caso para dizer, que bem prega Frei Tomás...

Quanto ao Presidente da República, figura institucional que muito respeitamos, não é aceitável que diga uma coisa num governo, outra oposta sobre o mesmo assunto com outro governo e em tão pouco tempo.

Com esse comportamento o Chefe do Estado pode dar uma ajuda ao governo PS, mas está a prestar um mau serviço à credibilidade da alta função que exerce.

Não basta afirmar-se Presidente de todos os portugueses. É necessário que a sobriedade da sua intervenção política seja marcada por um evidente traço de coerência e isenção, o que manifestamente nos últimos tempos não tem acontecido.

- Lisboa, 25 de Junho de 2005,

Conselho Nacional

Apresentação de Teresa Zambujo, candidata a Oeiras

No passado dia 23, num restaurante da zona das piscinas oceânicas de Oeiras, decorreu a apresentação oficial da candidatura de Teresa Zambujo, à Câmara de Oeiras, nas próximas eleições autárquicas.

Esteve presente, além de personalidades do PSD e da JSD, o fundador, antigo Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, agora militante número Um do nosso Partido, Francisco Pinto Balsemão, que aceitou o convite para ser o mandatário da candidatura de Teresa Zambujo e considerou que Marques Mendes fez “uma opção política muito clara” ao escolher Teresa Zambujo para candidata, “separando questões pessoais e políticas”.

“A transparência é um valor especial para o PSD e é, em nome desse valor, que o partido está disposto a correr riscos. A transparência é uma arma contra a impunidade. Não só em Oeiras, como no resto do país”, disse.

Teresa Zambujo lidera a Câmara de Oeiras desde Abril de 2001, altura em que Isaltino Morais integrou o Governo de Durão Barroso.

As razões de uma candidatura

No seu discurso, a candidata a Oeiras, depois de agradecimentos especiais a Daniel Figueiro, Presidente da Juventude Social Democrata, e a Pinto Balsemão que se «disponibilizou para ser o Mandatário da minha candidatura, emprestando-lhe prestígio, conferindo-lhe dignidade e realizando consensos», bem como ao Presidente do Partido, «que em mim depositou a confiança de encabeçar a lista do PSD à Câmara Municipal de Oeiras», afirmou que Marques Mendes é uma referência e um exemplo.

«Portugal precisa de exemplos. Oeiras vai mostrar a todos um projecto que traz responsabilidades acrescidas: responsabilidades políticas, responsabilidades sociais, responsabilidades ambientais, responsabilidades na saúde. Dar o exemplo significa respeito, confiança, determinação, vontade, acção».

E mais adiante, afirmou: «Chegou, pois, o momento de apresentar as razões porque me candidato:

- Porque tenho visto o meu trabalho e da minha equipa reconhecido pelos municípios, apesar de três anos e meio serem manifestamente insuficientes para mostrar do que somos capazes;

- Porque não vou abandonar um projecto para o qual sinto que ainda posso e devo dar muito da minha experiência como gestora pública e da minha vivência, sobretudo como pessoa;

- Porque acredito que ser Presidente

de Câmara só faz sentido se for em prol do desenvolvimento, do bem-estar, da qualidade de vida de todos os municípios;.../

- Porque sinto vontade de ser útil aos meus municípios e pretendo continuar a oferecer-lhes um futuro competitivo, de modernidade e de excelência;.../».

Referindo-se à dinâmica que pretende para o Concelho, perguntou: «Que dinâmicas pretendemos para o nosso concelho? Que tipo de desenvolvimento melhor se adapta ao seu contexto social, demográfico, económico e cultural? Quais os modelos organizativos por que devemos optar? Quais as estratégias que devemos seguir?»

Respondeu à sua própria pergunta, enunciando quais os seus objectivos nesses pontos, para anunciar que «... vamos dar o exemplo, agindo em terrenos difíceis e de interesses contraditórios /.../ no persistente apoio à reintegração social de famílias deslocadas /.../ ao investir nos bairros de realojamento /.../ ao confirmar que este é um concelho que preza a qualidade (,,) ao sermos capazes de corrigir algumas das muitas disfunções existentes».

«/.../ a experiência diz-nos que só a união de vontades e a partilha de objectivos com aqueles que em mim e em nós acreditam poderá trazer o sucesso que pretendemos, que é o sucesso do concelho de Oeiras.

«Com a vossa ajuda, com o vosso dinamismo e com a vossa total colaboração, construiremos horizontes de esperança /.../ nada, nem ninguém me demoverá dos grandes objectivos que quero para o concelho, fundamentados nos princípios da ética, da equidade, da qualidade e da eficiência.

«Adivinho muito trabalho pela frente. Desgastante, sem dúvida, e difícil, reconheço. Mas o prazer, a coragem e a esperança com que parto agora para mais esta lide política tudo atenua. Acredito em Oeiras, acredito nos Oeirenses e acredito muito particularmente que, juntos, vamos dar o exemplo de que Portugal precisa!

«Viva Oeiras / Viva Portugal»

Marques Mendes: a candidata é «um exemplo de serenidade e de credibilidade»

A concluir a apresentação de Teresa Zambujo, o líder do PSD, Luis Marques Mendes, considerou a candidata do partido à Câmara de Oeiras, como um “exemplo de credibilidade”, sublinhando que “a política está farta de clientelismo e oportunismo”.

“A política requer princípios”, afirmou Marques Mendes na sala do restaurante das piscinas oceânicas de

Oeiras, que foi pequena para as centenas de militantes, simpatizantes e cidadãos de Oeiras, que ali se deslocaram para manifestar a sua solidariedade e o seu apoio a Teresa Zambujo, que segundo o Presidente do PSD é «um exemplo de serenidade e de credibilidade».

Afirmou também que «Teresa Zambujo é uma pessoa de uma firmeza inabalável, com sobriedade, mas com

uma profunda determinação», disse.

Marques Mendes aludiu ainda aos “valores” que em sua opinião devem acompanhar a actividade política: «A credibilidade pressupõe princípios. O poder é instrumental e tem de estar ao serviço de um projecto e não ao serviço dos políticos», afirmou, acrescentando que «o poder não é para ser exibido, mas para ser exercido». – **Gab. Cand. Oeiras**

